

**CONTRATO DE CONDIÇÕES GERAIS  
PARA COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL  
CELEBRADO ENTRE  
BTG PACTUAL COMMODITIES (BR) S.A.  
E  
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**

**CONTRATO DE CONDIÇÕES GERAIS PARA COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL CELEBRADO ENTRE BTG PACTUAL COMMODITIES (BR) S.A. E COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**

Pelo presente instrumento,

**BTG PACTUAL COMMODITIES (BR) S.A.**, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Ewerton Visco, 290, 18º andar, sala 1802, CEP 41820-022, inscrito no CNPJ/ME sob o 47.462.774/0001-06, autorizado pela ANP a atuar como Agente Comercializador de gás natural, por seus representantes legais abaixo assinados, doravante denominado **"BTG Pactual"**; e

**COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Washington Soares, 6475, bairro José de Alencar, CEP 60830-005, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 73.759.185/0001-96, por seus representantes legais abaixo assinados, doravante denominada **"Contraparte"**.

**BTG Pactual** e **Contraparte**, quando referidas conjuntamente serão designadas como **"Partes"**, individualmente, como **"Parte"**.

A qualificação de Vendedora e Compradora será definida pelas Partes para cada Transação, ou seja, cada uma das Partes poderá ser ora Vendedora e ora Compradora.

**CONSIDERANDO QUE:**

- i. as Partes desejam vender ou comprar Gás Natural, e este Contrato regulará as obrigações entre as Partes;
- ii. o BTG Pactual é uma comercializadora de Gás e possui acesso a fontes de suprimento de Gás a partir do seu portfólio;
- iii. a Contraparte é uma comercializadora de Gás e possui interesse em negociar Gás no mercado e possui interesse em adquirir suprimento de Gás no mercado;
- iv. a Vendedora deseja vender Gás sendo remunerada pela Compradora e a Compradora deseja adquirir Gás remunerando a Vendedora;
- v. as Partes negociarão operações de compra e venda de Gás, as quais serão definidas conforme as condições estabelecidas nas Notificações de Confirmação acordadas entre as Partes para cada Transação.

As Partes resolvem celebrar o presente Contrato de Condições Gerais para a Compra e Venda de Gás ("Contrato Master" ou "Contrato"), que se regerá pela Legislação Aplicável, assim como pelos seguintes termos e condições:

**1. CLÁUSULA 1ª - OBJETO**

1.1. O presente Contrato Master tem por objeto estabelecer os termos e condições que irão regular a comercialização do Gás entre as Partes, cuja entrega será feita pela Vendedora à Compradora, no(s) Ponto(s) de Entrega, durante o(s) Período(s) de Fornecimento, mediante o pagamento do(s) Preço(s) do Gás, nos termos estabelecidos na(s) Notificação(ões) de Confirmação para cada Transação(ões) entre as Partes, conforme modelo especificado no "ANEXO 2 – MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO" deste Contrato.

- 1.1.1. A assinatura deste Contrato por si só não representa um compromisso vinculante entre as Partes, de modo que qualquer compromisso de entrega, pela Vendedora, e de retirada, pela Compradora, somente estará caracterizado após a emissão e assinatura de uma Notificação de Confirmação, na forma da cláusula 3ª, pelo Período de Fornecimento nela indicado.



1.1.2. As Partes poderão firmar diversas Notificações de Confirmação ao longo da vigência do presente Contrato Master.

1.2. A Vendedora tem a obrigação de vender e entregar o Gás no(s) Ponto(s) de Entrega; enquanto a Compradora tem a obrigação de comprar, pagar e retirar o Gás no(s) Ponto(s) de Entrega, observado o disposto neste Contrato.

1.2.1. As Partes possuem a obrigação de registrar este Contrato na ANP bem como a Vendedora estará obrigada a registrar a(s) respectiva(s) Notificação(ões) de Confirmação na ANP em até 30 (trinta) dias contados da sua assinatura.

1.3. Os termos e expressões utilizadas neste Contrato com iniciais maiúsculas serão interpretados conforme as definições atribuídas no “ANEXO 3 – DEFINIÇÕES” deste Contrato.

1.4. Os documentos abaixo relacionados integram e constituem parte inseparável do presente Contrato Master:

Contrato Master	Contrato de Condições Gerais para Compra e Venda de Gás Natural
ANEXO 1 – CONDIÇÕES GERAIS	Dados para Faturamento dos Documentos de Cobrança
ANEXO 2 – MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO	Modelo da Notificação de Confirmação
ANEXO 3 – DEFINIÇÕES	Definições
ANEXO 4 – PROCURAÇÃO DA CONTRAPARTE	Procuração
APÊNDICE 1	V0.CE: Condições Específicas sem contratação de Transporte pela Vendedora
APÊNDICE 2	VE.CS: Condições Específicas com contratação de Entrada no Transporte pela Vendedora
APÊNDICE 3	VS.C0: Condições Específicas com contratação de Saída no Transporte pela Vendedora

1.5. O BTG Pactual apresentará Procuração válida e eficaz outorgada a seus representantes, bem como a Contraparte apresentará, na forma do “ANEXO 4 –PROCURAÇÃO DA CONTRAPARTE”, Procuração válida e eficaz outorgada a seus representantes no momento da assinatura do presente Contrato Master.

1.6. Este Contrato, em conjunto com seus Anexos, Apêndices e todas as Transações, que venham a ser firmadas entre as Partes por meio das Notificações de Confirmação, serão considerados como um único instrumento contratual.

1.7. Em caso de contradição, observar-se-á a seguinte ordem de prevalência das disposições: Notificação de Confirmação firmada entre as Partes; Contrato Master; Apêndice aplicável, conforme definido na respectiva Notificação de Confirmação; e Anexos, sem hierarquia entre os Anexos.

1.7.1. O Apêndice aplicável à Transação será determinado para cada Notificação de Confirmação, não se aplicando as disposições dos demais Apêndices referentes a outros arranjos de Transação.

## 2. CLÁUSULA 2ª - VIGÊNCIA E INÍCIO DE FORNECIMENTO

2.1. Este Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo qualquer das Partes resili-lo imotivadamente, mediante Notificação por escrito à outra Parte com antecedência mínima de 30 (trinta) Dias, não incorrendo em qualquer indenização ou penalidade, salvo nas hipóteses específicas previstas nas cláusulas 18ª e 19ª deste Contrato.

2.1.1. Não obstante o disposto na cláusula 2.1 acima, a rescisão deste Contrato não gerará quaisquer implicações às Transações firmadas pelas Partes, permanecendo aplicáveis os dispositivos do Contrato Master às Transações já firmadas no momento da rescisão imotivada até a data do efetivo e integral cumprimento pelas Partes de todas as obrigações assumidas para a respectiva Transação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento de todas as faturas e demais Documentos de Cobrança a ela relativos.

2.2. O início de Fornecimento de cada Transação, bem como o seu término, ocorrerá a partir do período estabelecido em cada Notificação de Confirmação firmada entre as Partes.

### 3. CLÁUSULA 3ª - TRANSAÇÕES E NOTIFICAÇÕES DE CONFIRMAÇÃO

3.1. Todas as condições acordadas pelas Partes em cada Transação, incluindo, mas não se limitando àqueles referentes ao Período de Fornecimento, à Quantidade Diária Contratada (QDC), ao(s) Ponto(s) de Entrega, à Modalidade de Contratação e ao(s) Preço(s) de Gás de cada Transação serão estabelecidas e constarão nas respectivas Notificações de Confirmação, conforme modelo previsto no "ANEXO 2 – MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO" deste Contrato.

3.1.1. Cada Notificação de Confirmação deverá prever apenas uma Modalidade de Contratação.

3.1.2. A contabilização dos compromissos de cada Parte deverá ser feita observando-se as Quantidades e condições pactuadas em cada Notificação de Confirmação. Caso para determinado conjunto de Notificações de Confirmação não seja possível a medição individualizada das Quantidades de Gás e o somatório das quantidades disponibilizadas pela Vendedora seja inferior ao somatório das respectivas quantidades programadas, a Quantidade de Gás medida deverá ser alocada por ordem decrescente de Preço previsto em cada Notificação de Confirmação, até o limite das respectivas Quantidades de Gás programadas em cada Notificação de Confirmação.

3.2. Para Transações cujo Período de Fornecimento seja igual ou inferior a 31 (trinta e um) Dias, as Partes estarão legalmente vinculadas a partir do momento em que concordarem com as condições da Transação mediante a formalização por e-mail, onde estarão estabelecidas as condições comerciais acordadas entre as Partes. Para fins de clareza, será considerado como aceite formal a concordância das Partes com as condições comerciais acordadas mediante confirmação de seus termos, por escrito, encaminhado, por/aos endereços eletrônicos indicados abaixo, observado o disposto na cláusula 3.2.1:

a) Para o BTG Pactual: OL-Gas-Trading@btgpactual.com / brian.pease@btgpactual.com / fernando.cerri@btgpactual.com / manuel.gorito@btgpactual.com / pedro.terra@btgpactual.com; artur.hannud@btgpactual.com / renan.arraes@btgpactual.com / pedro.abreu@btgpactual.com / gustavo.ortiz@btgpactual.com

b) Para a Contraparte: [nominacao.suprimento@cegas.com.br](mailto:nominacao.suprimento@cegas.com.br) / [thais.cunha@cegas.com.br](mailto:thais.cunha@cegas.com.br) / [rodrigo.gomes@cegas.com.br](mailto:rodrigo.gomes@cegas.com.br) / [alexandre.nunes@cegas.com.br](mailto:alexandre.nunes@cegas.com.br)

3.2.1. Para que seja considerada válida a manifestação do BTG Pactual no âmbito desta cláusula, o aceite formal e concordância deverá ser feito por dois dos representantes indicados na cláusula 3.2.a) e conforme disposto na procuração constante do "ANEXO 4 – PROCURAÇÃO DA CONTRAPARTE".



- 3.2.2. Qualquer uma das Partes terá o direito de modificar os endereços eletrônicos, indicados na cláusula 3.2., mediante celebração de Aditivo ao presente Contrato Master.
- 3.2.3. Na hipótese prevista na cláusula 3.2. para Transações de duração igual ou inferior a 31 (trinta e um) Dias, o e-mail que formaliza a Transação passará a ser parte integrante deste Contrato e dos seus Anexos e Apêndices mediante a observância das formalidades previstas na cláusula 3.2., sendo reconhecido como título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, III, do Código de Processo Civil, hipótese em que serão consideradas cumpridas todas as formalidades para tanto. Para todos os fins, a data de fechamento da Transação será aquela na qual ocorrer as formalidades previstas na cláusula 3.2 e suas subcláusulas.
- 3.2.4. Sem prejuízo de seu caráter vinculante e de sua força executória, as Partes poderão, após o fechamento da Transação e para meros fins documentais, formalizar os termos da operação nos moldes do "ANEXO 2 – MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO". Nesta hipótese, a formalização nos termos deste Anexo deverá também observar a necessidade de assinatura através da assinatura digital, certificada pelo ICP-Brasil.

3.3. Para Transações cujo Período de Fornecimento seja superior a 31 (trinta e um) Dias, as Partes estarão legalmente vinculadas através da assinatura, da(s) respectiva(s) Notificação(ões) de Confirmação, na(s) qual(is) estarão definidas as condições comerciais acordadas entre as Partes.

3.3.1. Para a hipótese prevista na cláusula 3.3 e, observada a possibilidade prevista na cláusula 3.2.4, as Partes se comprometem desde já a providenciar, formalizar e assinar, através da assinatura digital, certificada pelo ICP-Brasil, as Notificações de Confirmação, conforme modelo previsto no "ANEXO 2 – MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO" deste Contrato, observado as seguintes regras:

- a) A Parte Vendedora enviará, em até 4 (quatro) Dias Úteis contados da troca de e-mail entre as Partes, por meio de plataforma eletrônica, a Notificação de Confirmação contendo as condições comerciais da Transação, acordadas e formalizadas por e-mail pelas Partes, ao(s) cuidado(s) do(s) signatários da outra Parte, na qualidade de representantes legais ou outorgados mediante procuração, na forma do Anexo "ANEXO 4 – PROCURAÇÃO DA CONTRAPARTE".
- b) A Parte Compradora deverá empreender Esforços Razoáveis para assinar a Notificação de Confirmação enviada pela Parte em até 05 (cinco Dias Úteis) do Dia de recebimento da Notificação de Confirmação do item a) da cláusula 3.3.1 acima.

3.3.2. Na hipótese prevista na cláusula 3.3, para Transações de duração superior a 31 (trinta e um) Dias, a Notificação de Confirmação somente passará a ser parte integrante deste Contrato e dos seus Anexos e Apêndices, após a assinatura expressa de ambas as Partes, sendo reconhecido pelas Partes como título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, III, do Código de Processo Civil, hipótese em que serão consideradas cumpridas todas as formalidades para tanto. Para todos os fins, a data de fechamento da Transação será aquela na qual ocorrer as formalidades previstas na cláusula 3.3.1 e suas subcláusulas.

#### 4. CLÁUSULA 4ª - COMPROMISSOS

4.1. Os compromissos de fornecimento e de retirada de Gás estão definidos nos Apêndices deste Contrato, observado o Ponto de Entrega estabelecido na Notificação de Confirmação, bem como a Modalidade de Contratação.



4.2. A impossibilidade de consumo do Gás pela Contraparte não a eximirá da responsabilidade financeira de arcar com quaisquer ônus e/ou compromissos assumidos no presente Contrato e nas respectivas Transações firmadas, inclusive, mas não se limitando, ao pagamento do Preço do Gás, Take-or-Pay, encargos e demais Tributos, sempre que aplicáveis.

## **5. CLÁUSULA 5ª - PREÇO**

5.1. Os Preços do Gás (PG) a serem pagos pela Compradora serão definidos nas Notificações de Confirmação.

5.2. Os Preços do Gás de Ultrapassagem (PGU) a serem pagos pela Compradora, se aplicáveis, deverão observar o disposto no APÊNDICE 3 deste Contrato.

5.3. Os Preços do Gás (PG) não incluem quaisquer Tributos existentes, devidos em decorrência direta deste Contrato ou de sua execução, os quais serão considerados no valor total faturado por ocasião do faturamento.

5.4. Para os cálculos dos Preços do Gás (PG), em R\$/MMBtu (reais por milhão de BTU), nas Condições de Referência, conforme apresentados nesta cláusula, todos os preços, parcelas, coeficientes e índices serão calculados com Arredondamento em 04 (quatro) casas decimais, exceto para o Fator de Conversão previsto no respectivo Apêndice aplicável.

## **6. CLÁUSULA 6ª - FATURAMENTO E PAGAMENTO**

6.1. O fornecimento de Gás, assim como quaisquer valores devidos por qualquer Parte no âmbito do presente Contrato e das Transações firmadas por meio das Notificações de Confirmação, serão faturados mensalmente, mediante a aplicação das fórmulas estabelecidas nos Apêndices, após o correspondente Mês a que se refira, pela emissão dos respectivos Documentos de Cobrança. Ou seja, o Período de Faturamento será o período compreendido entre o dia primeiro e último dia do Mês calendário em que ocorreu o fornecimento do Gás e/ou o fato originador da respectiva cobrança.

6.1.1. Os Documentos de Cobrança relativos ao fornecimento de Gás serão emitidos em unidade tributável (uTrib) e quantidade tributável (qTrib) de energia (MMBtu), devendo ser observada a legislação tributária aplicável para fins de emissão das notas fiscais correspondentes.

6.1.2. Será emitido um Documento de Cobrança relativo a cada Notificação de Confirmação.

6.1.3. O faturamento e o vencimento dos Documentos de Cobrança observarão as datas especificadas no "ANEXO 1 – CONDIÇÕES GERAIS" deste Contrato.

6.1.4. Serão incluídos nos Documentos de Cobrança os Tributos e encargos devidos em decorrência direta dos Contrato e dos seus Anexos.

6.2. Os pagamentos mencionados nos itens desta cláusula deverão ser efetuados, em reais, por crédito em conta corrente bancária a ser indicada pela Vendedora, por meio de transferência eletrônica disponível – TED.

6.3. Os pagamentos devidos pela Compradora à Vendedora deverão ser efetuados livres de quaisquer ônus e deduções não autorizadas, e eventuais despesas financeiras decorrentes dos referidos pagamentos correrão por conta da Compradora.

6.4. Caso as datas de vencimento previstas no "ANEXO 1 – CONDIÇÕES GERAIS" não coincidam com um Dia Útil, o pagamento deverá ser efetuado pela Compradora no primeiro Dia Útil subsequente.

6.5. Em caso de apresentação dos Documentos de Cobrança com atraso ao prazo previsto no "ANEXO 1 – CONDIÇÕES GERAIS", a data de vencimento será prorrogada pelo mesmo número de Dias Úteis do respectivo atraso, exceto quando o atraso decorrer de culpa da Compradora.



6.6. No caso de atraso no pagamento de qualquer soma decorrente das cobranças emitidas com base no Contrato e seus Anexos, sobre os valores das importâncias devidas incidirão (i) multa de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, com Arredondamento em 04 (quatro) casas decimais, desde a data de vencimento da respectiva fatura até a data do efetivo pagamento, sendo todos os valores atualizados monetariamente, na menor periodicidade permitida por Lei, com base na variação do IGP-M, desde que tal variação seja positiva.

6.7. Fica certo e acordado entre as Partes, nos termos do artigo 368 do Código Civil, que quaisquer valores devidos pelas Partes em razão do presente instrumento e dos demais instrumentos firmados entre as Partes e os respectivos Grupos Econômicos poderão ser compensados entre eles, nas datas em que sejam devidos, com créditos que a Parte devedora tenha contra a Parte credora.

6.8. Caso, em relação aos Documentos de Cobrança, existam montantes aos quais a Compradora tenha questionado mediante Notificação a respectiva certeza e liquidez, esta, independentemente do questionamento fundamentado apresentado por escrito à Vendedora, deverá, na data correspondente ao vencimento dos Documentos de Cobrança, efetuar o pagamento integral, sem qualquer direito à retenção, sob pena de, em não o fazendo, ficar caracterizado de pleno direito o seu inadimplemento.

6.9. A Notificação prevista na cláusula 6.8 acima poderá ser enviada em até 30 (trinta) Dias subsequentes a emissão dos Documentos de Cobrança, observado o disposto na cláusula 6.9.1 abaixo. Após esse prazo, Notificações quanto às divergências de faturamento não serão consideradas:

6.9.1. No prazo de até 10 (dez) Dias Úteis da data do recebimento da Notificação com o questionamento fundamentado da Compradora, a Vendedora deverá manifestar-se fundamentadamente sobre o valor alegado indevido.

6.9.2. Na hipótese de a Vendedora concordar com os questionamentos e valores apresentados pela Compradora, esta deverá corrigir o valor cobrado indevidamente, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da Notificação enviada pela Vendedora à Compradora, corrigido pela variação acumulada do IGP-M da data do pagamento pela Compradora até a data de sua correção, desde que tal variação seja positiva

6.10. Uma vez constatada a necessidade de ajustes dos Documentos de Cobrança, as Partes deverão observar o disposto na legislação tributária vigente e os seguintes pontos abaixo:

- a) Em caso de ajuste a maior de preço e/ou volume, a Vendedora deverá emitir a(s) nota(s) complementar(es). Sendo certo que, os eventuais encargos financeiros devidos em função da emissão fora do período de competência serão pagos exclusivamente pela Parte que comprovadamente houver dado causa ao equívoco, por meio de nota(s) de débito(s).
- b) Em caso de ajuste a menor de preço e/ou volume, a Compradora deverá emitir a(s) nota(s) de devolução simbólica(s) ou de ajuste de retorno da diferença, nos termos da legislação aplicável, até o último dia do 6º (sexto) Mês subsequente ao da data da emissão do Documento de Cobrança originário.

## 7. CLÁUSULA 7ª - TRIBUTAÇÃO

7.1. Os Tributos de qualquer natureza que sejam devidos em decorrência direta do Contrato e dos seus Anexos, são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na Legislação tributária, sem direito a reembolso.

7.1.1. Os Tributos devidos em decorrência direta da execução do Contrato e dos seus Anexos serão incluídos no valor total do Documento de Cobrança por ocasião do faturamento.



7.1.2. Não se entende como Tributos devidos em decorrência direta da execução do Contrato aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela Vendedora, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, contribuições previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

7.1.3. A Compradora, quando obrigada pela legislação vigente a reter Tributos na fonte, irá descontar e recolher os Tributos dos pagamentos feitos à Vendedora nos prazos e condições previstos na legislação tributária, não tendo a Vendedora direito à majoração da base de cálculo ou à revisão mencionada na cláusula 7.3.

7.2. A alteração da filial emitente dos Documentos de Cobrança somente poderá ser feita pela Vendedora com a expressa anuência da Compradora, observado o disposto na cláusula 27.

7.3. Se durante a vigência do Contrato ocorrer a criação e a entrada em vigor de novos Tributos, inclusive os instituídos pela reforma tributária aprovada pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e/ou seus regulamentos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, nova interpretação da legislação em vigor, a extinção de Tributos existentes, a instituição ou limitação de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de Tributos ou ainda forem criadas vedações ao aproveitamento de créditos e/ou obrigatoriedade de estorno de créditos de Tributos apurados com técnica da não cumulatividade, que, de forma direta, venham a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus tributário da Vendedora, o valor faturado passará a refletir a majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, mediante Notificação prévia escrita, a diferença decorrente das respectivas alterações.

7.3.1. A revisão prevista na cláusula 7.3, para majorar o Preço, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da Vendedora, tais como a modificação do estabelecimento remetente do Gás ou a adesão a sistema simplificado de tributação, entre outros, ou ainda de mera circunstância econômica, como o enquadramento em nível de tributação superior em função do crescimento da receita, já previsível ou existente quando da celebração do Contrato.

7.4. O valor faturado será revisto, quando cabível, mediante assinatura de termo aditivo com vistas a expurgar o valor do Tributo indevido, nos casos em que qualquer Tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) súmula vinculante; (ii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), em Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) ou em outros processos de controle concentrado de constitucionalidade bem como em processos com repercussão geral reconhecida; (iii) decisão definitiva do Superior Tribunal de Justiça em julgamento sob a sistemática de recursos repetitivos; (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

7.5. Caso ocorram erros (i) de medição do volume; (ii) de alocação; e (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do Gás, que venham acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias, imputados a qualquer das Partes pelo fisco, serão suportados exclusivamente pela Parte que comprovadamente houver dado causa ao equívoco, por meio de Documento de Cobrança emitido nos termos da Legislação.

7.6. Se a Vendedora constatar que algum dos tributos devidos em decorrência direta deste Contrato foi aplicado, equivocadamente, em valor inferior ao devido, o valor do respectivo Tributo, sem penalidades ou encargos, será cobrado da Compradora mediante emissão de notas fiscais complementares, desde que previamente comunicado à Compradora, tal como previsto na legislação aplicável. Em sentido oposto, se restar constatado que, por ocasião da emissão do Documento de Cobrança, a Vendedora aplicou algum tributo devido em decorrência direta deste contrato em valor superior ao devido, os valores indevidamente cobrados serão compensados, desde que a Compradora apresente a documentação solicitada, em especial a declaração de não aproveitamento de créditos, fornecida no prazo de até 7 (sete) dias da data da solicitação.

7.7. As Partes devem se manter cadastradas, nos termos da Legislação Aplicável, vinculadas e/ou credenciadas, durante toda a vigência deste Contrato, ao Ajuste SINIEF 03/2018, nos termos da sua cláusula



primeira, §3º, ou a qualquer ato normativo que venha a substituí-lo ou conceder tratamento diferenciado às obrigações tributárias relacionadas às operações de circulação e prestações de serviço de transporte de gás natural por meio de gasoduto e cuja fruição do tratamento diferenciado também exija a adesão, vinculação ou credenciamento das partes, conforme aplicável. Caso uma das Partes se recuse a realizar ou deixe de ter o credenciamento ao Ajuste SINIEF 03/2018, deverá arcar com todo o custo tributário que venha a ser imputado à Vendedora em decorrência desse fato, sem prejuízo de ser considerado motivo de rescisão das Transações impactadas.

7.8. As Partes se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) Dias contados do envio da Notificação realizada pela outra Parte, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência salvo se a intimação fiscal determinar prazo inferior, inclusive os necessários para a recuperação de Tributos recolhidos indevidamente.

7.9. As Partes fornecerão todos os documentos e Parâmetros Fiscais de forma fundamentada que se fizerem necessários para evitar os ônus decorrentes de eventual responsabilidade solidária da outra Parte, bem como de eventual responsabilidade decorrente de substituição tributária, previstas na legislação tributária, sob pena de sofrer a compensação, na primeira oportunidade, do valor dos Tributos, encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias eventualmente incidentes.

7.10. Sem prejuízo do disposto na cláusula 7.9 acima, as Partes deverão cumprir com as obrigações tributárias principais e/ou acessórias. Caso uma das Partes dê causa a eventuais encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias, que recaiam sobre a outra Parte, a Parte que deu causa compromete-se a assumir o ônus em caso de eventual questionamento e/ou penalidade imputada pelo fisco, mantendo a outra Parte indene.

7.11. Caso o Gás seja revendido ou transferido a qualquer título pela Compradora a qualquer outro carregador no Sistema de Transporte e a operação de venda objeto de uma ou mais Notificações de Confirmação seja questionada pelas autoridades fiscalizadoras, a Compradora se compromete a despender os Esforços Razoáveis para fornecer, no limite do que estiver ao seu alcance, documentação suporte para auxiliar a Vendedora a dirimir referido questionamento, se solicitado pela Vendedora, em prazo razoável de acordo com o estipulado pelas autoridades.

## **8. CLÁUSULA 8ª – GARANTIA**

8.1. A modalidade, valores e condições de Garantia serão estabelecidas nas Notificações de Confirmação, conforme o caso e se aplicável.

8.2. As Partes poderão, conforme o caso, acordar o oferecimento de Garantia que abarque duas ou mais Transações, a qual deverá ser suficiente em valor e condições para garantir a exposição da Contraparte perante o BTG Pactual na eventualidade de rescisão integral deste Contrato Master, bem como das respectivas Notificações de Confirmação garantidas pela Garantia ofertada.

## **9. CLÁUSULA 9ª - PROGRAMAÇÃO E ALOCAÇÃO**

9.1. Os mecanismos de programação e alocação estão definidos nos Apêndices deste Contrato, observado o Ponto de Entrega estabelecido na Notificação de Confirmação.

## **10. CLÁUSULA 10ª - PONTOS DE ENTREGA**

10.1. O(s) Ponto(s) de Entrega serão estabelecidos nas Notificações de Confirmação.

10.2. A transferência de propriedade do Gás da Vendedora à Compradora ocorrerá no Sistema de Medição do respectivo Ponto de Entrega estabelecido na Notificação de Confirmação, conforme disposto nos Apêndices deste Contrato.

10.3. Todos os riscos e perdas de Gás (i) a montante do Ponto de Entrega definido na Notificação de Confirmação, serão de responsabilidade da Vendedora, e (ii) a jusante do Ponto de Entrega estabelecido na



Notificação de Confirmação, serão de responsabilidade da Compradora.

#### **11. CLÁUSULA 11ª - CONDIÇÕES DE ENTREGA**

11.1. O Gás será disponibilizado pela Vendedora à Compradora no(s) Ponto(s) de Entrega, atendendo às Condições de Entrega definidas pelo Transportador, observado o Ponto de Entrega estabelecido na Notificação de Confirmação e o disposto nos Apêndices deste Contrato, caso aplicável.

#### **12. CLÁUSULA 12ª - MEDIÇÃO**

12.1. As regras aplicáveis ao Sistema de Medição estão definidas nos Apêndices deste Contrato, observado o Ponto de Entrega estabelecido na Notificação de Confirmação.

#### **13. CLÁUSULA 13ª - QUALIDADE DO GÁS**

13.1. O Gás a ser entregue pela Vendedora à Compradora, no(s) Ponto(s) de Entrega, deverá atender aos requisitos estabelecidos na Resolução ANP Nº 16 de 17/06/2008, e em suas revisões ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente, observado também o disposto nos Apêndices deste Contrato, caso aplicável.

#### **14. CLÁUSULA 14ª - PARADAS PROGRAMADAS**

14.1. Para Transações cujo Período de Fornecimento seja inferior ou igual a 60 (sessenta) Dias, os compromissos assumidos pelas Partes no âmbito deste Contrato e dos seus Anexos não serão impactados em caso de Paradas Programadas por nenhuma das Partes.

14.2. Para Transações cujo Período de Fornecimento seja superior a 60 (sessenta) Dias, os compromissos assumidos pelas Partes no âmbito deste Contrato, seus Anexos e Apêndices poderão ser impactados em caso de Paradas Programadas, observadas as seguintes condições:

14.2.1. As Paradas Programadas correspondem a situações transitórias que resultem em redução, total ou parcial, no fornecimento ou no recebimento de Gás, para fins de reparo e manutenção técnica ou legalmente recomendada em equipamentos vinculados ao fornecimento de Gás ou, em hipóteses específicas expressamente acordadas entre as Partes, relacionadas à retirada e/ou consumo do Gás pela Compradora.

14.2.1.1. Para fins de Paradas Programadas, serão considerados como equipamentos vinculados ao fornecimento de Gás: as unidades de produção, as plantas de processamento, terminais de regaseificação de GNL, as malhas de gasodutos de transporte e demais equipamentos como compressores, válvulas e outros que compreendam a instalação física das áreas de produção, processamento, transporte e entrega (seja de propriedade da Vendedora, seus contratados ou terceiros).

14.2.1.2. Para fins de Paradas Programadas relacionadas à retirada e/ou consumo do Gás pela Compradora, serão admitidas única e exclusivamente as condições técnicas e hipóteses diretamente relacionadas a unidades consumidoras previstas na Notificação de Confirmação.

14.2.2. As Partes têm direito a efetuar as Paradas Programadas de acordo com as seguintes regras:

- a) As Partes, quando desejarem efetuar uma Parada Programada, deverão enviar uma Notificação à outra Parte, com pelo menos 60 (sessenta) Dias de antecedência, informando a data de início de uma Parada Programada e o Ponto de Entrega que será afetado, bem como sua duração prevista e volume de redução.



- b) No caso de uma Parada Programada que interrompa totalmente a entrega de Gás pela Vendedora ou a retirada e/ou recebimento de Gás pela Compradora em determinada unidade consumidora, o número total de dias de Paradas Programadas não poderá exceder 3 (três) Dias não consecutivos por Ano.
- c) No caso de uma Parada Programada que interrompa parcialmente a entrega de Gás pela Vendedora ou a retirada e/ou recebimento de Gás pela Compradora em determinada unidade consumidora, o volume reduzido deve ser limitado a no máximo 40% (quarenta por cento) da média anual das Quantidades de Gás, podendo ser a QDC, QDD e/ou QDR, a ser indicada pela Parte, conforme o caso, sendo que o número total de dias de Paradas Programadas não poderá exceder 30 (trinta) Dias por Ano.

14.2.2.1. Na alocação das reduções totais ou parciais, previstas nas cláusulas 14.2.2.a) e 14.2.2.b) respectivamente acima, a Parte deverá observar uma distribuição proporcional, linear, do impacto sobre o seu portfólio de contratos, não devendo ser alocada uma redução proporcional maior que aquela imposta às demais contratantes. Ademais, ainda que dentro dos limites e prazos previstos nesta cláusula, a Parte não poderá destinar, total ou parcialmente, os volumes reduzidos com a outra Parte para o atendimento de oportunidades mais vantajosas de comercialização e/ou aquisição, incluindo, mas não se limitando, para a realização de novos contratos no mercado ou para atendimento de outras operações já existentes.

14.2.3. A Quantidade de Gás que não possa ser entregue pela Vendedora ou retirada e/ou recebida pela Compradora em determinada unidade consumidora durante uma Parada Programada será abatida dos compromissos de entrega da Vendedora e dos compromissos de recebimento da Compradora.

14.2.4. Desde que justificado por razões técnicas, a realização de uma Parada Programada poderá, mediante Notificação da Vendedora, (i) ser cancelada a qualquer tempo ou (ii) ter sua data alterada com no mínimo 10 (dez) Dias de antecedência da data de início da Parada Programada, desde que esta nova data postergue no máximo em até 30 (trinta) Dias a data originalmente notificada.

14.2.5. A Parte deverá informar a data de início da Parada Programada, a duração prevista e o motivo técnico de ser necessária a realização da Parada Programada na data informada, independente de limites percentuais ou períodos preestabelecidos. Desde que observados os parâmetros previstos neste Contrato, a outra Parte não poderá recusar a programação da Parada Programada.

## **15. CLÁUSULA 15ª - PENALIDADES**

15.1. As penalidades estão definidas nos Apêndices deste Contrato, observado o Ponto de Entrega estabelecido na respectiva Notificação de Confirmação.

## **16. CLÁUSULA 16ª - DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

16.1. Cada uma das Partes expressamente declara e garante à outra o que segue:

16.1.1. detém todas as autorizações legais, governamentais, tributárias, ambientais e regulatórias necessárias para celebrar este Contrato, bem como para assumir e cumprir com as obrigações dele decorrentes;

- 16.1.2. obteve todas as autorizações societárias necessárias à celebração e assunção e cumprimento de suas obrigações nos termos deste Contrato, de seus Anexos e Apêndices, bem como que os signatários das Notificações de Confirmação possuem e possuirão os poderes de representação necessários para assunção de direitos e obrigações pelas Partes;
- 16.1.3. a celebração deste Contrato, de seus Anexos e Apêndices não viola quaisquer outros contratos que seja parte, obrigações, decisões administrativas e judiciais que lhe sejam oponíveis ou a que esteja sujeita;
- 16.1.4. as obrigações assumidas neste Contrato, em seus Anexos e Apêndices são legais, válidas e exequíveis, de acordo com os respectivos termos e condições;
- 16.1.5. todas as informações fornecidas pelas Partes, seja na sua posição Vendedora ou Compradora, conforme o caso, são completas e exatas, sejam elas informações escritas, relatórios, correspondências, notificações e quaisquer outros instrumentos, escritos ou eletrônicos;
- 16.1.6. até a presente data todos os atos e negócios relacionados ao presente Contrato, seus Anexos e Apêndices observaram os preceitos e cumpriram as disposições das leis relacionadas à ética nos negócios e política anticorrupção em vigor no Brasil, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 12.846/13;
- 16.1.7. respeitam a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, bem como declara que as atividades não incentivam a prostituição, tampouco utilizam ou incentivam a mão-de-obra infantil e/ou em condições análoga à de escravo e que a utilização dos valores objeto deste Contrato não implicará violação da legislação socioambiental;
- 16.1.8. tem experiência significativa na análise de operações similares a presente, dispondo de conhecimento técnico-profissional e sendo capazes de mensurar os riscos da compra e venda do Gás formalizada por meio do presente Contrato, tendo, inclusive, consultado especialistas técnicos e jurídicos de forma suficiente para plena compreensão das obrigações e riscos assumidos com a celebração do presente Contrato;
- 16.1.9. são capazes de assumir os riscos econômicos envolvidos na compra e venda do Gás;
- 16.1.10. manterão válidas, quando cabível, todas as declarações listadas nas subcláusulas da cláusula 16.1 durante toda a vigência deste Contrato.
- 16.1.11. as obrigações estabelecidas neste Contrato são compatíveis com sua capacidade econômica, financeira, operacional e industrial, de modo que todas as condições comerciais deste Contrato e de futuras Transações firmadas por meio de Notificações de Confirmação, inclusive a formação do Preço do Gás, sua forma de pagamento e todas as obrigações pecuniárias, foram negociadas livremente pelas Partes;
- 16.1.12. a Contraparte, por si e pelas empresas do seu Grupo Econômico, autoriza(m) o BTG Pactual, a acessar dados e informações financeiras, a seu respeito, junto ao Banco Central do Brasil, Sistema de Informação de Crédito do Banco Central e SERASA – Centralização de Serviços dos Bancos S.A. e quaisquer outros órgãos, entidades ou empresas, julgados pertinentes pelo BTG Pactual;



- 16.1.13. a indexação do Preço do Gás a índices setoriais internacionais, que consideram a sua precificação em dólares americanos é condição essencial deste Contrato, tendo cada Parte avaliado todos os riscos relacionados à referida indexação; e
- 16.1.14. a Contraparte obriga-se, em qualquer caso, a manter-se adimplente com todas as obrigações, custos, tarifas e contratos decorrentes da utilização do sistema de distribuição local de Gás canalizado, incluindo, mas não se limitando, a celebração de Contrato de Uso do Sistema de Distribuição ("CUSD" ou instrumento semelhante) e pagamento das respectivas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD" ou montante de natureza semelhante), nos termos da Legislação Aplicável.

16.2. As Partes reconhecem a validade das declarações previstas neste Contrato e concordam em não contestar ou reclamar sobre os seus termos, inclusive em caso de variações das cotações do dólar, independentemente dos patamares de oscilação cambial, como hipótese de revisão dos termos ora pactuados.

- 16.2.1. As Partes declaram conhecer e aceitar os riscos da contratação das operações regidas por este Contrato no Brasil estando cientes de eventuais oscilações de mercado que possam afetar as operações firmadas, atestando que as operações podem ter resultados imprevisíveis, em favor ou desfavor de qualquer das Partes, considerando a oscilação cambial.

## 17. CLÁUSULA 17ª - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 17.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas ao longo do presente Contrato, as Partes obrigam-se a:
  - 17.1.1. observar e cumprir rigorosamente toda a Legislação Aplicável aos seus negócios sociais e/ou às atividades a serem desempenhadas nos termos do presente Contrato, seus Anexos e Apêndices, especialmente aquelas, de natureza geral ou particular, oriundas da ANP ou de qualquer outro agente ou órgão regulador/fiscalizador do mercado de gás natural com competência sobre a matéria;
  - 17.1.2. obter e manter válidas e vigentes, durante a vigência, todas as licenças e autorizações atinentes aos seus negócios sociais e/ou ao cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato, seus Anexos e Apêndices.

## 18. CLÁUSULA 18ª - EVENTOS DE INADIMPLEMENTO

18.1. Não obstante o caráter irrevogável e irretratável deste Contrato, de seus Anexos e Apêndices, este, bem como quaisquer de suas Notificações de Confirmação, poderão ser rescindidos pela Parte adimplente na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses, observados os ritos e prazos dispostos na cláusula 18.2:

- 18.1.1. ocorrência de (i) liquidação, dissolução ou decretação de falência, ou, qualquer processo similar em outra jurisdição; (ii) pedido de autofalência, ou, qualquer processo similar em outra jurisdição; (iii) pedido de falência ou qualquer processo similar em outra jurisdição formulado por terceiros em face de uma das Partes e não elidido no prazo legal; (iv) ingresso em juízo com requerimento de recuperação judicial, extrajudicial, ou qualquer processo antecipatório ou similar, inclusive em outra jurisdição, independentemente de ter sido obtido o deferimento ou a homologação judicial; (v) encerramento das atividades;
- 18.1.2. se a Contraparte realizar alienação, cessão, doação, contribuição ao capital social ou a transferência, por qualquer meio, de bens, ativos ou direitos de sua propriedade cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

- 18.1.3. o não pagamento por qualquer das Partes, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor correspondente a qualquer Documento de Cobrança que lhe seja apresentado pela outra Parte;
- 18.1.4. se a Vendedora incorrer em Penalidade por Falha de Fornecimento, em uma Transação específica, cuja quantidade faltante dentro de um mesmo Mês de fornecimento ultrapasse 5 (cinco) vezes a QDC do Mês em questão ou 30 (trinta) Dias alternados dentro de qualquer janela de 365 (trezentos e sessenta e cinco) Dias consecutivos, sendo certo que um Dia alternado só poderá ser contabilizado se a quantidade faltante nesse Dia superar no mínimo 10% (dez por cento) da QDC em vigor, observado o critério de alocação da cláusula 3.1.2;
- 18.1.5. se a Compradora incorrer em Penalidade por Falha de Programação, em uma Transação específica, cuja Quantidade de Gás sobre a qual incide a Penalidade, dentro de um mesmo Mês de fornecimento, ultrapasse 5 (cinco) vezes a QDC do Mês em questão ou 30 (trinta) Dias alternados dentro de qualquer janela de 365 (trezentos e sessenta e cinco) Dias consecutivos da respectiva Transação, sendo certo que um Dia alternado só poderá ser contabilizado se a Quantidade de Gás sobre a qual incide a Penalidade nesse Dia superar no mínimo 10% (dez por cento) da QDC em vigor, observado o critério de alocação da cláusula 3.1.2;
- 18.1.6. caso a outra Parte e/ou qualquer empresa do seu Grupo Econômico venha a ter revogada qualquer autorização legal, governamental, tributária ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas no presente Contrato, em seus Anexos e Apêndices, bem como se as declarações e garantias elencadas na cláusula 16ª forem inverídicas ou contenham informações incorretas quando da celebração deste Contrato ou não mais correspondam à realidade durante sua vigência;
- 18.1.7. caso a Parte deixe de apresentar a Garantia, se aplicável, conforme cláusula 8ª deste Contrato, em até 02 (dois) Dias Úteis da data de fechamento da Transação;
- 18.1.8. caso a Garantia apresentada pela Parte, se aplicável, se torne inexecutável por razões imputáveis ou não a ação ou omissão da Parte obrigada a aportar a Garantia, e esta, notificada a substituí-la por outra Garantia, não o faça, em até 02 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da Notificação;
- 18.1.9. se a Parte incorrer em mora/inadimplemento, não sanado nos respectivos prazos de cura aplicáveis previsto, ou, ainda, caso ocorra o vencimento antecipado de qualquer outra obrigação assumida perante a outra Parte (não consideradas outras empresas do mesmo Grupo Econômico) em outros contratos e/ou Contrato de compra e venda de Gás e/ou na(s) Notificação(ões) de Confirmação(ões), não sanado no prazo de cura de inadimplência constante no respectivo contrato inadimplido;
- 18.1.10. cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste Contrato, seus Anexos e Apêndices, em desacordo com a cláusula 28.1;
- 18.1.11. qualquer violação da cláusula 23ª deste Contrato, observados os prazos de cura na cláusula 23.2;



- 18.1.12. caso a Contraparte sofra alteração do controle direto ou indireto, sem a prévia anuência do BTG Pactual;
- 18.1.13. caso o controle acionário do BTG Pactual seja alterado ou transferido da BTG Pactual G7 Holding S.A. para outro grupo econômico e que possa ocasionar um inadimplemento do Contrato;
- 18.1.14. fornecimento por qualquer das Partes à outra Parte, diretamente ou através de prepostos ou mandatários, (i) de informações incompletas, falsas ou alteradas, inclusive por meio de documento público ou particular de qualquer natureza, ou (ii) omissão de informações por qualquer das Partes que, se fossem do conhecimento da outra Parte, poderiam alterar o julgamento a respeito da celebração deste Contrato;
- 18.1.15. caso a Contraparte, seja negativada, em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo – CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, salvo se sanado no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis;
- 18.1.16. se ocorrer o protesto de títulos contra a Contraparte em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou o seu equivalente em qualquer outra moeda, exceto se, dentro do prazo legal aplicável, (i) o protesto tenha sido cancelado, susinado judicialmente ou suspenso; ou (ii) tenham sido prestadas garantias em juízo em valor, no mínimo, equivalente ao montante protestado, salvo se sanado no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis;
- 18.1.17. caso a Contraparte sofra cisão, fusão, incorporação ou qualquer outro tipo de reorganização societária, sem o consentimento prévio;
- 18.1.18. comprovada má-fé na alegação, por qualquer das Partes, acerca de eventos de Caso Fortuito e Força Maior nos termos da cláusula 20ª;
- 18.1.19. caso a Contraparte sofra qualquer demanda judicial ou administrativa, determinada por decisão imediatamente exigível, sem que haja efeito suspensivo em curso, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- 18.1.20. inadimplemento das demais obrigações previstas neste Contrato, seus Anexos e Apêndices.

18.2. Para as hipóteses que não tenham prazo de cura determinado, a rescisão ocorrerá de pleno direito, direta e imediata, independentemente de qualquer aviso ou Notificação. Na ocorrência das demais hipóteses, não respeitado o prazo de cura, a rescisão ocorrerá mediante recebimento, pela Parte inadimplente, de Notificação enviada pela Parte adimplente instando-a a adimplir a obrigação. Observadas tais previsões, é facultado à Parte adimplente considerar imediatamente rescindido este Contrato, as Notificações de Confirmação, bem como os Anexos e Apêndices deste Contrato Master, tornando-se exigível as obrigações decorrentes da rescisão do instrumento.

- 18.2.1. Uma vez sanado qualquer Evento de Inadimplemento notificado disposto no caput desta cláusula, as obrigações das Partes no Contrato, seus Anexos e Apêndices serão reestabelecidas e as Partes não mais terão o direito de resolver o Contrato, seus Anexos e Apêndices com base em tal inadimplemento.

18.3. Ocorrendo a resolução deste Contrato, de seus Anexos e Apêndices, a Parte inadimplente obriga-se, observados os limites dispostos na cláusula 26ª, a manter a Parte adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos deste Contrato, de seus Anexos e Apêndices, inclusive perante terceiros, responsabilizando-se também pelo pagamento das penalidades e perdas e danos pré-fixados previstos na cláusula 19ª abaixo.



18.4. Em caso de Evento de Inadimplemento pela Compradora e até que referido evento seja totalmente sanado, a Vendedora estará desobrigada de atender a qualquer compromisso de efetuar a entrega do Gás estabelecido nas Notificações de Confirmação. Eventual tolerância pela Vendedora em retomar a entrega de Gás não significará renúncia de tal direito, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento, enquanto perdure o referido inadimplemento.

18.5. As Partes consignam, para todos os fins vinculados à Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, que o presente Contrato não está vinculado à exploração de seus objetos sociais, de modo que eventual resolução contratual não obsta a manutenção de sua atividade empresarial. Ademais, as Partes reconhecem que o presente Contrato não representa a única possível fonte de acesso da Parte à oferta de Gás necessária para o desempenho de sua atividade empresarial e que dispõe de outros meios líquidos e possíveis de aquisição de Gás para continuidade de suas atividades.

## 19. CLÁUSULA 19ª - RESOLUÇÃO E INDENIZAÇÃO

19.1. Em caso de descumprimento de qualquer obrigação neste Contrato, seus Anexos e Apêndices e/ou de qualquer Notificação de Confirmação que dê causa a resolução, não sanados dentro do período de cura, se aplicável, a Parte adimplente, a seu exclusivo critério e mediante Notificação escrita, terá o direito de imediatamente suspender o fornecimento ou o pagamento do Gás conforme previsto na cláusula 18.4 e/ou rescindir o presente Contrato assim como todas as Transações, caso em que a Parte inadimplente estará obrigada a pagar Valor de Indenização da Resolução (VIR) para a Parte adimplente no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis do recebimento da Notificação com Documento de Cobrança, devendo a Parte adimplente indicar a conta bancária para depósito dos Valores de Indenização da Resolução (VIRs) dos instrumentos objeto de rescisão.

19.1.1. Em sendo o inadimplemento relacionado única e exclusivamente às obrigações de uma Transação específica, a Parte adimplente poderá decidir, a seu exclusivo critério, se rescindir apenas a Transação afetada, ou se exigirá a rescisão de todas as Transações vigentes, mediante pagamento, pela Parte inadimplente, do(s) Valor(es) de Indenização de Resolução (VIRs) aplicável(eis) às Transações objeto de rescisão.

19.1.2. Acordam as Partes que o(s) Valor(es) de Indenização da Resolução (VIRs) a ser calculado conforme metodologia prevista na cláusula 19.2 representa a totalidade de indenização exigível da Parte inadimplente, ainda que maior seja o montante de eventuais danos apurados. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

19.2. O Valor de Indenização de Resolução (VIR) relativo a cada Transação será composto pelo valor de multa não compensatória de 30% e pelas perdas e danos pré-fixados, a serem determinados de acordo com as fórmulas descritas na presente cláusula.

19.2.1. A multa não compensatória corresponderá a 30% do valor remanescente do contrato, em Reais, apurado pela multiplicação do Preço vigente no Mês de apuração pelo somatório das QDCs previstas até o prazo final do Período de Suprimento da respectiva Transação. A determinação do Preço vigente observará a metodologia fixada na respectiva Notificação de Confirmação.

19.2.2. As perdas e danos pré-fixados deverão ser calculados de acordo com as seguintes fórmulas:

19.2.2.1. Se a rescisão ocorrer por motivo imputável à Compradora, as perdas e danos por ela devidos serão:

$$\text{Perdas e Danos} = \sum_{i=1}^n QDC_i \times FC \times e \times (P_c - P_r)$$



19.2.2.2. Se a rescisão ocorrer por motivo imputável à Vendedora, as perdas e danos por ela devidos serão:

$$\text{Perdas e Danos} = \sum_{i=1}^n QDC_i \times FC \times e \times (P_r - P_c)$$

Onde:

- i. "Perdas e Danos" significa o valor das perdas e danos pré-fixados BRL, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- ii. "QDC" a Quantidade Diária Contratada, em m<sup>3</sup>, prevista cada Dia até o prazo final da Transação. Caso a rescisão ocorra antes do início do Período de Suprimento, serão considerados todos os Dias do Período de Suprimento;
- iii. "e" significa a taxa de câmbio de conversão de USD para BRL, a ser apurada conforme critérios estabelecidos na respectiva Notificação de Confirmação;
- iv. "FC" significa o Fator de Conversão, de m<sup>3</sup> para MMBTU, correspondente a 0,03730216;
- v. "P<sub>c</sub>" significa o Preço, em USD/MMBTU, vigente no Mês de apuração do VIR, determinado conforme previsto na cláusula 19.2.1; e
- vi. "P<sub>r</sub>" significa o Preço de reposição, em USD/MMBTU, que será apurado pela Parte adimplente observando os seguintes requisitos: (i) caso a Parte inadimplente seja a Compradora, a Vendedora deverá comprovar que, em decorrência da inadimplência, firmou contratos(s) ou que, a seu exclusivo critério, obteve no mercado três propostas comerciais firmes de compra de Gás com a mesma QDC durante o tempo remanescente do Período de Suprimento, sob condições comerciais similares às da respectiva Transação (no que se refere a Período de Suprimento remanescente, condições de contratação de transporte, Garantias Financeiras, *Take-or-Pay*, *Ship-or-Pay*, entre outros), sendo certo que o Preço de reposição será equivalente à média aritmética dos preços obtidos com as propostas recebidas. Os contratos e/ou as propostas firmes devem ser celebrados/cotadas junto a agentes autorizados pela ANP a exercer a atividade de comercialização de Gás natural e que possuam histórico de efetiva comercialização de Gás nos 12 (doze) meses anteriores à data de recebimento da proposta;

19.3. A Parte adimplente emitirá um Documento de Cobrança à Parte inadimplente com o valor correspondente aos Valores de Indenização da Resolução (VIRs), detalhando o seu cálculo, conforme metodologia descrita na cláusula 19.2, o qual deverá ser pago em até 05 (cinco) Dias Úteis do recebimento da Notificação com Documento de Cobrança.

19.4. A resolução do Contrato, seus Anexos e Apêndices, nos termos previstos nesta cláusula e, conforme o caso, mediante o pagamento da quantia prevista na Notificação de Confirmação, não eximirá as Partes do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra Parte até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões deste Contrato e de seus Anexos e Apêndices sobre incidências tributárias e solução de



controvérsias e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução.

19.5. Ocorrendo a rescisão deste Contrato, de seus Anexos e Apêndices, a Parte inadimplente obriga-se a manter a Parte adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos deste Contrato, seus Anexos e Apêndices, exceto em relação às obrigações já incorridas até a data do Evento de Inadimplemento pela Parte inadimplente, bem como em relação às obrigações que perdurarão após o encerramento do Contrato, a exemplo daquela prevista na cláusula 22.

19.6. Caso, em relação ao pagamento da multa ou das perdas e danos referidas na cláusula 19.2, existam montantes incontroversos e montantes em relação aos quais a Parte inadimplente tenha questionado a respectiva certeza e liquidez, a Parte inadimplente, independentemente do questionamento apresentado por escrito à Parte adimplente, deverá, na respectiva data de vencimento, efetuar o pagamento integral do valor correspondente à multa e/ou perdas e danos cabíveis, sem qualquer direito à retenção.

19.6.1. Caso a questão relativa à parcela contestada seja dirimida num prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, a Parte adimplente, concordando que o valor cobrado contestado foi indevido, deverá, no prazo máximo de 02 (dois) Dias Úteis contados da data em que ocorrer a composição pelas Partes, efetuar o depósito do valor cobrado indevidamente, em conta corrente indicada pela Parte inadimplente, corrigido pela variação acumulada do IGP-M da data do vencimento pela Parte inadimplente até a data de sua devolução.

19.6.2. Caso a questão não seja dirimida dentro do período referido na cláusula 19.6.1, a controvérsia será submetida à Arbitragem, na forma da cláusula 24ª.

19.7. Sobre o valor devido de acordo com a presente cláusula e não pago, incidirão a correção monetária e os juros moratórios previstos na cláusula 6.6, a partir do primeiro dia após o esgotamento do prazo estabelecido na cláusula 19.6.1 acima até o efetivo pagamento dos valores devidos nos termos desta cláusula 19ª.

19.8. Caso a Parte inadimplente tenha Garantia aportada, a Parte adimplente acionará a Garantia, se aplicável, outorgada nos termos das Notificações de Confirmação, sem prejuízo da cobrança de eventuais valores remanescentes.

## 20. CLÁUSULA 20ª - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

20.1. Caracteriza-se como Caso Fortuito ou Força Maior, com estrita observância do artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil, qualquer evento ou circunstância estranha à atividade desenvolvida pela Parte Afetada que afete qualquer uma das Partes e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da Parte Afetada;
- b) a Parte Afetada não concorra direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- c) a atuação da Parte Afetada, conquanto diligente e tempestiva e agindo segundo os padrões de um operador razoável e prudente, não tenha sido suficiente para evitar, impedir, atenuar ou superar sua ocorrência; e
- d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, pela Parte Afetada, de uma ou mais obrigações previstas neste Contrato e em seus Anexos e Apêndices.

20.1.1. Observado o disposto na cláusula 20.1, a definição de Caso Fortuito ou Força Maior contempla qualquer ato, evento ou circunstância relacionada à atividade de produção, processamento, regaseificação, estoque, escoamento, transporte e/ou compra e venda de Gás abrangidos pelo escopo do artigo 393 do Código Civil, que acarrete ou resulte em uma falha da Parte Afetada na execução de uma ou mais obrigações nos termos do Contrato e de seus Anexos e Apêndices.



20.2. Caso alguma das Partes não possa cumprir qualquer de suas obrigações por motivo de Caso Fortuito ou Força Maior, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa por tempo igual ao de duração do evento, a partir da Notificação, e proporcionalmente aos seus efeitos.

20.2.1. Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de Caso Fortuito ou Força Maior enquanto perdurar a controvérsia, o evento de Caso Fortuito ou Força Maior produzirá seus efeitos sobre as obrigações do Contrato.

20.2.2. Caso a Sentença Arbitral determine que não ocorreu o Caso Fortuito ou Força Maior, ou a Parte que o alegou mude seu entendimento, a Parte que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no Contrato devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de Caso Fortuito ou Força Maior, inclusive possibilitando a resolução deste Contrato observado o disposto na Cláusula 18ª.

20.3. Em nenhuma circunstância, para fins deste Contrato, de seus Anexos e Apêndices, configurará um evento de Caso Fortuito ou Força Maior a ocorrência de qualquer das situações abaixo que afete uma obrigação de qualquer das Partes, pois são entendidos como eventos relacionados ao risco da atividade desenvolvida pelas Partes:

20.3.1. alteração das condições econômicas e financeiras da Parte Afetada, bem como variações no Preço do Gás, ou alterações das condições de mercado para a sua comercialização; ou

20.3.2. insolvência, liquidação, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte, suas partes relacionadas ou de terceiros; ou

20.3.3. perda de mercado da Parte Afetada ou a impossibilidade de a Parte Afetada utilizar ou vender, de forma economicamente sustentável, o Gás; ou

20.3.4. a possibilidade que se apresentar à Vendedora ou à Compradora de, respectivamente, vender ou comprar o Gás no mercado a preços mais favoráveis do que os consubstanciados neste Contrato; ou

20.3.5. qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à Parte Afetada, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de Caso Fortuito ou Força Maior; ou

20.3.6. falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da Parte Afetada que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Parte Afetada neste Contrato, exceto se comprovado que o atraso por parte dos prestadores de serviços contratados ou subcontratados decorreu diretamente da ocorrência de Caso Fortuito ou Força Maior; ou

20.3.7. greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da Parte Afetada ou de seu Grupo Econômico; ou

20.3.8. variações cambiais do Dólar, Real ou qualquer outra moeda.

20.4. Sem limitar a generalidade do dispositivo contido no parágrafo único do art. 393, do Código Civil, será considerado como Caso Fortuito ou Força Maior qualquer evento fora do controle das Partes, cuja ocorrência, ou cujas consequências as Partes não pudessem prever na data de celebração deste Contrato e que torne total ou parcialmente impossível, para a Parte Afetada, o pontual e fiel cumprimento de uma ou mais obrigações decorrentes do presente Contrato.



20.5. A Parte Afetada pela ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou Força Maior deverá comunicar o fato à outra Parte em um prazo máximo de até 3 (três) Dias Úteis contado da data do evento, mediante Notificação por escrito contendo descrição pormenorizada do evento de Caso Fortuito ou Força Maior, com informações que indiquem a sua natureza, em que medida ele compromete o cumprimento de suas obrigações nos termos deste Contrato e a estimativa do período em que o evento de Caso Fortuito ou Força Maior a impedirá de cumprir com suas obrigações suspensas pelo referido evento.

20.6. A suspensão das obrigações em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior não terá o efeito de eximir a Parte Afetada da obrigação de efetuar o pagamento de montantes devidos relativamente ao período anterior à ocorrência do evento de Caso Fortuito ou Força Maior, ainda que sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de Caso Fortuito ou Força Maior, em especial as obrigações de pagar as importâncias em dinheiro devidas no Contrato e em seus Anexos e Apêndices.

20.7. A Parte Afetada pelo evento de Caso Fortuito ou Força Maior deverá tomar e demonstrar que tomou as medidas e Esforços Razoáveis que estejam ou estivessem no seu alcance para superar os efeitos decorrentes do Caso Fortuito ou Força Maior que obstem o cumprimento de suas obrigações ou para mitigar a extensão desses efeitos com vistas ao cumprimento, ainda que parcial, das suas obrigações nos termos deste Contrato e, se necessário e quando possível, permitir à outra Parte, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da Parte que deseje inspecionar. A Parte Afetada não estará obrigada a agir diferentemente do que seja apropriado às práticas da indústria, e semelhante à prática adotada em situações similares.

20.8. Em caso de evento de Caso Fortuito ou Força Maior, uma Parte estará obrigada a cumprir seus compromissos caso deixe de exercer, tão logo quanto possível, Esforços Razoáveis para retificar ou mitigar a condição de Caso Fortuito ou Força Maior, a menos que não tomar quaisquer tais medidas seja, por si só, justificado por Caso Fortuito ou Força Maior. A Vendedora não será obrigada a: (i) comprar outras quantidades de Gás; ou (ii) produzir quantidades além do plano de produção correspondente de sua Afiliada.

20.9. Cessado o evento de Caso Fortuito ou Força Maior, a Parte que tiver sido afetada por ele deverá comunicar o fato à outra Parte no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, mediante Notificação por escrito, ficando a Parte até então impedida de cumprir as suas obrigações, obrigada a retomar imediatamente o cumprimento das obrigações na forma prevista neste Contrato.

20.10. A alegação por má-fé, por qualquer das Partes, acerca da ocorrência de qualquer dos eventos mencionados nesta cláusula 20ª com vistas ao não cumprimento de uma obrigação nos termos deste Contrato, dará direito à outra Parte de promover a resolução do Contrato, arcando a Parte que der causa à resolução com as penalidades previstas na cláusula 19ª deste Contrato.

20.11. Caso um evento de Caso Fortuito ou Força Maior (i) impacte totalmente a QDC; ou (ii) que inviabilize a entrega de quantidade correspondente a, no mínimo, a 90% do somatório das QDCs do período; e (iii) tenha duração igual ou maior a 180 (cento e oitenta) Dias consecutivos, as Partes reconhecem e aceitam que a Transação poderá ser resilida mediante envio de Notificação prévia da Parte não afetada à Parte Afetada.

20.11.1. Na hipótese prevista na cláusula 20.11, em que uma Parte deixe de entregar ou retirar o Gás, total ou parcialmente, a resilição se operará sem o pagamento do VIR ou de valores de qualquer natureza pela Parte Afetada.

20.11.2. A cláusula 20.11 somente será aplicável às hipóteses em que a Transação for contratada na Modalidade Firme ou outra modalidade na qual sejam aplicáveis compromissos conforme definido na Notificação de Confirmação.



20.12. Na alocação das reduções de fornecimento em virtude de Caso Fortuito ou Força Maior, a Parte Afetada deverá observar uma distribuição proporcional, linear, do impacto sobre o seu portfólio de contratos, não devendo ser alocada à outra Parte uma redução proporcional maior que aquela imposta às suas demais contratantes. Ademais, a Parte Afetada não poderá destinar, total ou parcialmente, os volumes reduzidos com a outra Parte para o atendimento de oportunidades mais vantajosas de comercialização, incluindo, mas não se limitando, para a realização de novos contratos no mercado ou para atendimento de outras operações já existentes.

## **21. CLÁUSULA 21ª - PLANO DE CONTINGÊNCIA**

21.1. As responsabilidades contratuais na eventual vigência de Plano de Contingência serão regidas pela Legislação Aplicável.

21.2. Para os fins previstos no artigo 35 da Lei n.º 14.134/2021, as Partes obrigam-se a observar compulsoriamente Plano de Contingência para o suprimento de Gás, em caso de contingência de abastecimento caracterizada nos termos do artigo 34 da Lei n.º 14.134/2021, hipótese em que ficarão suspensos ou reduzidos os compromissos de retirada e fornecimento e respectivos encargos, previstos neste Contrato e em seus Anexos e Apêndices, de acordo com os impactos neste Contrato decorrentes da execução do Plano de Contingência.

## **22. CLÁUSULA 22ª - CONFIDENCIALIDADE**

22.1. A todo tempo, durante o prazo deste Contrato, e por um período de 24 (vinte e quatro) meses após o seu término ou rescisão, por qualquer motivo as Partes obrigam-se por si, por seus representantes e prepostos, a manter a confidencialidade e o sigilo de todas as informações e documentos trocados ou disponibilizados entre si, relativos à outra Parte, a que tenham acesso em consequência da compra e venda objeto deste Contrato, não podendo revelá-los ou transmiti-los a terceiros, sem a autorização prévia, expressa e por escrito, da outra Parte, ressalvadas:

- a) as situações previstas na Legislação Aplicável vigente; ou as informações que se tornarem de domínio público à época em que recebidas pela Parte; ou
- b) as informações que se tornarem de domínio público após serem recebidas pela Parte, salvo se através de violação deste Contrato ou ato ilícito da Parte, seus diretores ou empregados; ou
- c) as informações que se tornarem de domínio público à época em que recebidas pela Parte; ou
- d) as informações que se tornarem de domínio público após serem recebidas pela Parte, salvo se através de violação deste Contrato ou ato ilícito da Parte, seus diretores ou empregados; ou
- e) seja requerido por força de decisão proferida por qualquer juízo ou tribunal competente.

22.1.1. As Partes somente utilizarão as informações para a consecução dos fins e objetivos deste Contrato, e não as utilizarão para outros fins e objetivos sem a autorização prévia, expressa e por escrito da outra Parte. A inobservância do disposto nesta cláusula, sujeita a Parte que der causa a ter que indenizar qualquer dano incorrido pela outra Parte, observado o disposto na cláusula 26ª.

## **23. CLÁUSULA 23ª - OBRIGAÇÕES ANTISUBORNO, ANTICORRUPÇÃO E ANTILAVAGEM DE DINHEIRO**



23.1. As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das Partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste Contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obriga a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (i) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (ii) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

23.2. As Partes obrigam-se a informar mutuamente, num prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data do conhecimento de decisão em processo administrativo e/ou judicial que declare o descumprimento das Leis Anticorrupção.

23.3. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança de indenização disposta neste Contrato.

#### **24. CLÁUSULA 24ª - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E RESOLUÇÃO DE DISPUTAS**

24.1. Este Contrato será regido e interpretado exclusivamente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

24.2. Todo e qualquer litígio, controvérsia ou reclamação decorrente, relacionado direta ou indiretamente ou pertinente a este instrumento, inclusive aquele que envolva sua validade, eficácia, violação, interpretação, término, rescisão e seus consectários (“Disputa”), será resolvido por Arbitragem, conforme previsto na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (“Lei nº 9.307”), mediante as condições que se seguem.

24.3. A eventual Disputa que não seja solucionada amigavelmente durante negociação com duração de 15 (quinze) Dias, será submetida ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“Câmara de Arbitragem”) de acordo com seu regulamento em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem (“Regulamento”). A Arbitragem deverá ser conduzida no idioma português, de forma confidencial e sigilosa. Serão aplicáveis as leis da República Federativa do Brasil.

24.4. A recusa, por qualquer parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de Arbitragem não impedirá que a Arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à sua revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às Partes.

24.5. O Tribunal Arbitral será constituído por três árbitros, cabendo à(s) parte(s) requerente(s), de um lado, indicar um árbitro, e à(s) parte(s) requerida(s), de outro, indicar um segundo árbitro, os quais, de comum acordo, nomearão o terceiro árbitro, que funcionará como presidente (“Tribunal Arbitral”). Na hipótese de existência de múltiplos requerentes ou requeridos e de não haver consenso em pelo menos um dos polos da arbitragem acerca do árbitro a ser indicado, a Câmara de Arbitragem deverá desconsiderar o árbitro indicado em consenso e indicar dois árbitros a seu exclusivo critério. Toda e qualquer outra controvérsia relativa à indicação dos árbitros pelas partes, bem como à escolha do terceiro árbitro, será dirimida pela Câmara de Arbitragem.

24.6. A sede da Arbitragem será na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, local onde será proferida a Sentença Arbitral, sendo vedado aos árbitros julgar por equidade. As decisões da Arbitragem serão finais e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no art. 30 da Lei nº 9.307.



24.7. Antes da formação do Tribunal Arbitral, as Partes poderão requerer ao Poder Judiciário concessão de tutelas de urgência (cautelares ou antecipação dos efeitos da tutela de mérito), sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal o pedido de instituição da própria Arbitragem. As Partes reconhecem que a necessidade de buscar qualquer tutela de urgência no Poder Judiciário previamente à formação do Tribunal Arbitral não é incompatível com esta cláusula compromissória, tampouco constitui renúncia à sujeição das partes à Arbitragem.

24.8. As Partes poderão se valer do Poder Judiciário para exigir a execução de cobrança de crédito fundado em título de obrigação certa, líquida e exigível, nos termos do art. 783, CPC, sem que se constitua renúncia à Arbitragem. Para fins de clareza, eventuais embargos do devedor à execução por quantia certa fundada neste Contrato serão resolvidos por Arbitragem.

24.9. Exclusivamente para assegurar a instituição da Arbitragem, para as medidas de urgência, execuções judiciais, cumprimentos de decisões ou da Sentença Arbitrais ou outros litígios que por força de lei não possam ser submetidos à Arbitragem, as Partes elegem como foro competente a comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em detrimento de todos os outros, por mais privilegiados que possam ser.

24.10. Exceto pelos honorários de seus respectivos advogados, que serão arcados pelas Partes individualmente, todas as outras despesas e custos da Arbitragem serão arcados por uma ou mais Partes conforme o Regulamento ou conforme determinação específica emitida pelo Tribunal Arbitral. As Partes concordam que a(s) Parte(s) sobre a(s) qual(is) for imposta a decisão desfavorável deverá reembolsar à(s) outra(s) os honorários e demais despesas havidas com os árbitros e com a Câmara de Arbitragem.

## 25. CLÁUSULA 25ª - NOTIFICAÇÕES

25.1. Qualquer aviso ou outra comunicação de uma Parte à outra a respeito deste Contrato, será feito por escrito e poderá ser entregue pessoalmente ou enviado por correio ou meio eletrônico, em qualquer caso com prova do seu recebimento ou aviso de entrega (no caso de comunicação eletrônica), devendo ser encaminhado para os endereços constantes no preâmbulo deste Contrato aos cuidados de:

- a) Para o BTG Pactual:  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 14º andar. Itaim Bibi/SP.  
CEP: 04538-133  
E-mail: [OL-Gas-Trading@btgpactual.com](mailto:OL-Gas-Trading@btgpactual.com) e [OL-ops-gas@btgpactual.com](mailto:OL-ops-gas@btgpactual.com)
- b) Para a Contraparte:  
Av. Washington Soares, 6475, José de Alencar  
CEP: 60830-005  
E-mail: [diretoria@cegas.com.br](mailto:diretoria@cegas.com.br) / [nominacao.suprimento@cegas.com.br](mailto:nominacao.suprimento@cegas.com.br)

25.2. Qualquer uma das Partes terá o direito de modificar seus dados para contato, indicados na cláusula 25.1, mediante celebração de Aditivo ao presente Contrato Master.

25.3. Qualquer Notificação será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento ou entrega (no caso de comunicação eletrônica), exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no Contrato de forma diversa.

## 26. CLÁUSULA 26ª - LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

26.1. A responsabilidade das Partes no âmbito de cada uma das Transações estará, em qualquer hipótese deste Contrato, limitada aos danos diretos sofridos por uma das Partes, não respondendo, nenhuma das Partes, portanto, por quaisquer danos indiretos, lucros cessantes, efetivos ou potenciais, perda de uma chance, perdas causadas por interrupção de negócios, reputação, dentre outros, ainda que em virtude de inadimplemento contratual ocasionado pela outra Parte e que fosse possível prevê-los de qualquer forma.



26.1.1. Conforme aplicável à respectiva hipótese de responsabilidade, exceto na hipótese prevista na cláusula 26.2, a responsabilidade das Partes pelos danos diretos no âmbito de cada uma das Transações não poderá ser superior a:

- a) ao Valor Total da Notificação de Confirmação, conforme definido na respectiva Notificação de Confirmação;
- b) às penalidades previstas no respectivo Apêndice, calculadas por evento, em caso de Falha de Fornecimento ou de Falha de Programação, conforme aplicável; e
- c) ao valor do VIR calculado para cada Transação, em caso de Resolução, nos termos previstos na cláusula 19ª.

26.2. Em caso de danos diretos decorrentes de violação das obrigações previstas nas cláusulas 23ª (Obrigações Antissuborno, Anticorrupção e Antilavagem de Dinheiro) e 28.8 (Proteção de Dados), a responsabilidade das Partes não será quantitativamente limitada aos valores previstos na cláusula 26.1.1 e esses valores não serão descontados do cálculo dos valores devidos pela Parte indenizadora.

## **27. CLÁUSULA 27ª - ORIGEM DE SUPRIMENTO**

27.1. Com o fim de viabilizar a confiabilidade e a segurança no efetivo fornecimento de Gás pela Vendedora à Compradora, as Partes desde já acordam que, durante a vigência deste Contrato, a Vendedora fornecerá o Gás à Compradora por meio de seu portfólio de suprimento, possuindo a opção de, a seu exclusivo critério, alterar parcial ou totalmente a origem do Gás fornecido, sem que isso lhe seja oponível, em qualquer hipótese, pela Compradora.

27.2. Para fins do faturamento regular do Gás, independentemente da Modalidade de Contratação e do Apêndice aplicável à Transação, a Vendedora poderá, a seu exclusivo critério, segregar os volumes de cada origem em Documentos de Cobrança distintos.

27.3. Em razão da opção da Vendedora de fornecimento através de mais de uma origem de suprimento, conforme esta cláusula 27ª, as Partes concordam que, no caso de fornecimento de Gás na Modalidade Flexível pela Vendedora, serão apresentados Documentos de Cobrança separados, referentes a cada origem de suprimento naquele determinado Mês, e os Documentos de Cobrança poderão ser emitidos por qualquer filial da Vendedora.

27.4. Fica desde já acertado que independente da origem de suprimento de Gás, o Preço do Gás (PG) aplicado será aquele definido na Notificação de Confirmação para a respectiva Transação.

## **28. CLÁUSULA 28ª - DISPOSIÇÕES GERAIS**

28.1. É vedada a cessão parcial ou total de direitos ou obrigações derivados deste Contrato sem prévio consentimento, por escrito, da outra Parte.

- 28.1.1. Fica desde já expressamente autorizada pelas Partes, a hipótese de o BTG Pactual, durante a vigência deste Contrato, incluindo, mas não se limitando, sofrer reestruturação societária e/ou patrimonial, mediante sua cisão, fusão, incorporação, alienação de ativos, inclusive, bem como qualquer cessão de direitos e obrigações deste Contrato para empresas do mesmo Grupo Econômico.

28.2. O Contrato não poderá ser alterado, nem haverá renúncia das suas disposições, exceto por meio de aditamento por escrito assinado pelas Partes, observando-se o disposto na Legislação Aplicável.

28.3. O término da vigência do Contrato não afetará quaisquer direitos ou obrigações anteriores a tal evento e nem obrigações ou direitos de qualquer das Partes, ainda que seu exercício ou cumprimento se dê após a sua ocorrência.



28.4. O Contrato e as Notificações de Confirmação são reconhecidos pelas Partes como título executivo extrajudicial conforme disposto no artigo 784, III, do Código de Processo Civil, para efeitos da cobrança de todos os valores apurados e considerados devidos.

28.5. A tolerância de uma Parte para com a outra, relativamente ao descumprimento de obrigações aqui assumidas, não implicará novação ou renúncia a qualquer direito, constituindo mera liberalidade, não impedindo a Parte tolerante de exigir da outra, a qualquer tempo, o fiel e cabal cumprimento do Contrato.

28.6. A decretação de invalidade, ilegalidade ou inexecutibilidade de qualquer das cláusulas ou disposições contidas no Contrato por qualquer tribunal ou outro órgão competente, não invalida as demais cláusulas, permanecendo o Contrato em pleno vigor com relação às cláusulas remanescentes.

28.7. Se, por qualquer motivo ou disposição contratual o presente Contrato tornar-se ou for declarado inválido, ilegal ou inexecutível, por qualquer tribunal ou outro órgão competente, as Partes negociarão de boa-fé para ajustar, mediante aditamento formal ao Contrato, disposições que a substituam por outra que não sejam inválidas, ilegais ou inexecutíveis e que mantenha em todas as circunstâncias, o equilíbrio dos interesses comerciais das Partes.

28.8. As Partes se obrigam a atender à Legislação no que se refere à proteção de dados, comprometendo-se, quando aplicável, a captar, processar (interna ou externamente), conservar e tratar os Dados Pessoais para o estrito cumprimento do presente Contrato. Deverão as Partes tomar os cuidados que tomariam para a proteção de seus próprios dados. Os referidos dados apenas serão disponibilizados ou transferidos, no todo ou em parte, a terceiros se isso decorrer de obrigação legal ou quando for necessário ao cumprimento de determinação judicial ou autoridade regulatória, ou, em processo judicial ou procedimento arbitral para a defesa dos interesses da Parte, hipóteses nas quais avisará previamente a outra Parte. Para os fins desta cláusula, "Dados Pessoais" significa qualquer informação relacionada (i) a um indivíduo identificado ou identificável, (ii) à proteção de indivíduos, (iii) ao processamento de tais informações, e (iv) às exigências de segurança para a livre movimentação de tais informações.

28.9. O Contrato, incluindo suas condições comerciais, bem como os respectivos anexos e Notificações de Confirmação, constituem o acordo integral entre as Partes e suplanta todas as negociações, declarações ou acordos anteriores relacionados ao seu objeto, sejam verbais ou por escrito.

28.10. O Contrato vincula, em sua integralidade, os sucessores das Partes à qualquer título, em caráter irrevogável e irretratável.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes celebram o presente instrumento, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

As Partes, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura digital do presente Contrato, comprovada por meio de certificação digital válida e hábil para garantir a integridade e a autoria deste Contrato (ICP-Brasil). Assim, as Partes reconhecem que este Contrato e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados eletronicamente, por meio da plataforma a ser disponibilizada pelo BTG Pactual, ou de forma manuscrita ou por ambas as modalidades no mesmo documento, bem como que as assinaturas eletrônicas apostas neste Contrato possuirão valor legal, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do Contrato.

As Partes expressam a sua concordância com o teor integral deste Contrato, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento, mediante a assinatura digital, certificada pelo ICP-Brasil, sendo que a data de celebração deste Contrato será a data da última assinatura eletrônica validada.

**BTG PACTUAL COMMODITIES (BR) S.A.:**

Nome: [•]  
Cargo: [•]

Nome: [•]  
Cargo: [•]

**COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS:**

Nome: [•]  
Cargo: [•]

Nome: [•]  
Cargo: [•]

Testemunhas:

Nome: [•]  
CPF: [•]

Nome: [•]  
CPF: [•]



**ANEXO 1 - CONDIÇÕES GERAIS****1. Faturamento, vencimento e dados para o pagamento dos Documentos de Cobrança**

<b>1.1. Vencimento dos Documentos de Cobrança:</b> 25 (vigésimo quinto) Dia do Mês de recebimento dos Documentos de Cobrança.
<b>1.2. Faturamento dos Documentos de Cobrança relativos ao fornecimento de Gás:</b> Até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao Mês de fornecimento.
<b>1.3. Faturamento dos Documentos de Cobrança relativos às penalidades e aos compromissos:</b> Até o 10º (décimo) Dia Útil após o último Dia do Mês da apuração da penalidade ou do compromisso correspondente.
<b>1.4. Pagamento:</b> Depósito em Conta Corrente do BTG Pactual: <b>Banco:</b> 208 (Banco BTG Pactual S.A.) <b>Agência:</b> 0001 <b>Conta:</b> 5660558
<b>1.5. Pagamento:</b> Depósito em Conta Corrente da Contraparte: <b>Banco:</b> 237 BRADESCO <b>Agência:</b> 2367-1 <b>Conta:</b> 160108-3

## ANEXO 2 – MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO

Data	Parte	Número
[•]	BTG Pactual	[•]
	CEGÁS	[•]

### 1. Qualificação das Partes

Vendedora: [•]	Compradora: [•]
-------------------	--------------------

### 2. Condições de Fornecimento

2.1. Período de Fornecimento: Das 00h00 de [•] às 24h00 de [•]		
2.2. Quantidade Diária Contratada (QDC): [•] (m³/dia)		
2.3. Ponto de Entrega:		
Ponto de Entrega	Município	Gasoduto
[•]	[•]	[•]

### 3. Condições Comerciais

3.1. Parcela da Molécula (PM) (R\$/MMBtu): [•]
3.2. Parcela do Transporte (PT) (R\$/MMBtu): [•]
3.3. Preço do Gás (PG) (R\$/MMBtu): [•]
<ul style="list-style-type: none"> <li>Indexador e Forma de Apuração: [inserir fonte e forma de cálculo do indexador para fins de faturamento – referência mensal; e de apuração de penalidades – referência diária]</li> <li>Câmbio: [inserir fonte e forma de cálculo do indexador para fins de faturamento]</li> </ul>
3.4. Valor Total da Notificação de Confirmação: R\$ [•] (valor por extenso)
3.5. Garantia: Observada a cláusula 8ª do Contrato, a Contraparte deverá entregar Garantia ao BTG Pactual, em garantia ao pagamento e fiel cumprimento das obrigações previstas nesta Notificação de Confirmação, nos seguintes termos: <ul style="list-style-type: none"> <li>Modalidade: [•]</li> <li>Valor: R\$ [•] (valor por extenso)</li> <li>Validade da Garantia: De [•]/[•]/[•] até [•]/[•]/[•]</li> <li>Prazo para envio do documento para aprovação da Vendedora: [•] dias antes da apresentação do documento final</li> <li>Prazo para apresentação do documento final à Vendedora: [•]/[•]/[•]</li> <li>Demais requisitos (ratings mínimos, artigos de renúncia ao Benefício de Ordem e etc.)</li> </ul>
3.6. Apêndice do Contrato aplicável para a presente Transação: [•]
3.7. Encargo de Capacidade (EC) – Y%: [•]
3.8. Apuração Encargo de Capacidade (EC): [•]
3.9. Take or Pay (ToP)- X%: [•]
3.10. Apuração Take or Pay (ToP): [•]
3.11. Modalidade de Contratação:



- Cada Notificação de Confirmação preverá apenas uma Modalidade Contratual

4. Informações Adicionais

5. Disposições Gerais

5.1. A presente Notificação de Confirmação constitui parte integrante e indissociável do Contrato e de seus Anexos e Apêndices celebrado entre as Partes, sendo certo que em caso de divergência entre as suas disposições, deverá ser observada a cláusula 1.4 do Contrato.

5.2. Expressões e definições usadas na presente Notificação de Confirmação deverão ter o significado atribuído nos Contrato e em seus Anexos e Apêndices.

5.3. As Partes concordam e garantem que os termos e condições expressos no Apêndice indicado no item 3.6 da presente Notificação de Confirmação serão aplicáveis a esta Transação.

Assinaturas

BTG PACTUAL COMMODITIES (BR) S.A.:

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS:



**ANEXO 3 – DEFINIÇÕES**

Para efeito deste Contrato, os termos a seguir, no plural ou no singular, no masculino ou no feminino, terão os significados definidos abaixo:

1. **“Afiliada”** significa, com relação a qualquer Parte, qualquer pessoa física ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por esta Parte; (ii) controle, direta ou indiretamente, tal Parte; (iii) seja, direta ou indiretamente, controlada por qualquer pessoa que controle, direta ou indiretamente, tal Parte. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; bem como a utilização efetiva de seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia;
2. **“Agente a Montante”** significa a pessoa jurídica detentora/operadora das instalações conectadas aos Sistema de Transporte responsável por colocar o Gás à disposição da Compradora no ponto de entrada do transporte;
3. **“Agente a Jusante”** significa a pessoa jurídica detentora/operadora das instalações conectadas aos Sistema de Transporte responsável por receber o Gás colocado à disposição pelo Transportador no ponto de saída do transporte;
4. **“Ano”** significa cada período que:
  - a) para o primeiro Ano, começará no Dia do Início de Fornecimento e terminará no último Dia do mês de dezembro do Ano em questão;
  - b) para cada Ano sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último Ano de vigência do Contrato, começará no primeiro Dia de janeiro do correspondente ano e terminará no último Dia do Mês de dezembro do mesmo ano;
  - c) para o último Ano de vigência do Contrato, começará no primeiro Dia de janeiro do correspondente Ano e terminará no último Dia de vigência do Contrato;
5. **“ANP”** significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de Lei, venha a substituí-la no futuro;
6. **“Arbitragem”** significa o procedimento de resolução de Disputas descrito na cláusula 24ª – Legislação Aplicável e Resolução de Disputas;
7. **“Arredondamento”** significa o critério de arredondamento abaixo descrito:
  - a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
  - b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor;
8. **“Autoridade Competente”** significa qualquer autoridade pública e/ou órgão governamental que tenha competência legal para interferir nas condições estabelecidas neste Contrato e em seus Anexos e Apêndices ou nas atividades das Partes;
9. **“BTU”** significa *British Thermal Unit* ou Unidade Térmica Britânica e refere-se à quantidade de calor necessário para elevar a temperatura de uma libra “avoirdupois” de pura água, de 58,5 (cinquenta e oito e meio) graus Fahrenheit para 59,5 (cinquenta e nove e meio) graus Fahrenheit, em uma pressão absoluta de 14,73 (quatorze e setenta e três centésimos) libras por polegada quadrada);



10. **“Calibração”** significa, conforme aplicável, os processos de ajuste e verificação realizados nos medidores de Gás Natural, nos termos da Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1, de 10/06/2013;
11. **“Câmara de Arbitragem”** significa a câmara de arbitragem definida na cláusula 24.3;
12. **“Capacidade não Utilizada”** ou **“CNU”** significa a Quantidade de Gás apurada, para verificação da obrigação do Encargo de Capacidade, conforme Apêndice aplicável à Transação firmada pelas Partes através de Notificação de Confirmação;
13. **“Caso Fortuito ou Força Maior”** significa qualquer evento que se enquadre nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil, observadas as condições e situações previstas na cláusula 20 – Caso Fortuito ou Força Maior;
14. **“Código Civil”** significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada de tempos em tempos;
15. **“Código de Processo Civil”** significa a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada de tempos em tempos;
16. **“Condições de Entrega”** significam as condições de disponibilização do Gás pela Vendedora à Compradora conforme cláusula 11ª – Condições de Entrega;
17. **“Condições de Referência”** significam as condições de temperatura de 20 °C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o Poder Calorífico Superior (PCS), em base seca, para o Gás igual ao Poder Calorífico De Referência (PCR);
18. **“Contrato de Transporte”** significa, conforme aplicável, o contrato para prestação de serviço de transporte da Gás Natural celebrado entre o Transportador e a Parte, conforme o caso, podendo ser (i) Contrato de Transporte de Entrada, quando tiver por objeto a prestação de serviço de transporte de entrada e (ii) Contrato de Transporte de Saída, quando tiver por objeto a prestação de serviço de transporte de saída;
19. **“Contrato”** ou **“Contrato Master”** significa o presente contrato de condições gerais para a compra e venda de Gás Natural, seus eventuais anexos e aditivos acordados pelas Partes;
20. **“Dados Pessoais”** significa qualquer informação relacionada (i) a um indivíduo identificado ou identificável, (ii) à proteção de indivíduos, (iii) ao processamento de tais informações e (iv) às exigências de segurança para a livre movimentação de tais informações, observada a Lei nº 13.709, de 14/08/2018;
21. **“Dia Útil”** significa qualquer Dia no qual os bancos comerciais estão abertos simultaneamente nas cidades das Partes, onde um pagamento for devido nos termos deste Contrato;
22. **“Dia”** significa cada dia calendário do período de vigência do Contrato, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 24:00h (vinte e quatro horas), tendo como referência GMT-3h (Greenwich Meridian Time menos três horas);
23. **“Disputa”** significa qualquer controvérsia concernente à interpretação ou à execução do Contrato que deverá ser submetida à Arbitragem;
24. **“Documento de Cobrança”** significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, boleto bancário, nota/carta de crédito, bem como qualquer outro título ou Notificação emitida por uma Parte à outra para cobrança de valor que deva ser pago e/ou creditado, nos termos do Contrato, pela outra Parte;
25. **“Encargo de Capacidade”** significa o valor devido pela Compradora à Vendedora, exclusivamente, em razão dos custos fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do Gás disponibilizada à Compradora, conforme Apêndice aplicável;



26. **“Encargos Moratórios”** significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido, conforme estabelecido na cláusula 6ª – Faturamento e Pagamento;
27. **“Esforços Razoáveis”** significam os esforços exercidos pelas Partes para cumprir uma obrigação e devem ser interpretados como a Parte executora tomando as medidas razoavelmente esperadas nas circunstâncias para cumprir tal obrigação, incluindo incorrer em um nível de despesa que poderia razoável e normalmente ser esperado de um executor padrão, prudente e comparável sob as mesmas circunstâncias; desde que, no entanto, o exercício de Esforços Razoáveis não exija que a Parte executora sacrifique seus próprios interesses comerciais;
28. **“Estação de Entrega”** significa o conjunto de instalações, incluindo minimamente o Sistema de Medição, localizadas junto ao gasoduto de transporte, necessárias para disponibilizar o Gás à Compradora, no Ponto de Entrega, pela Vendedora ou por terceiro por ela contratada, nas condições estabelecidas no Contrato, cuja responsabilidade de operação e manutenção é da Vendedora, ou terceiro por ela contratado. A depender das Condições de Entrega, a Estação de Entrega poderá ou não contemplar também outros sistemas e equipamentos, tais como filtros, aquecedores e válvulas reguladoras;
29. **“Evento de Inadimplemento”** significa qualquer dos eventos definidos na cláusula 18ª – Eventos de Inadimplemento;
30. **“Falha de Fornecimento”** ou **“Falha no Fornecimento”** significa a situação caracterizada pela ocorrência, em determinado Dia, de falta de disponibilidade de Gás no Ponto de Entrega, observado o disposto nos Apêndices do Contrato, exceto qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará Falha no Fornecimento: (a) ser o fato atribuído a Caso Fortuito ou Força Maior; e (b) descumprimento pela Vendedora das Condições de Entrega;
31. **“Falha de Programação da Compradora”** significa a situação caracterizada pela não nomeação pela Compradora ou não programação pelo Transportador por razões imputáveis à Compradora de uma Quantidade de Gás idêntica à Quantidade Diária Programada estabelecida entre as Partes para o correspondente Dia, observado o disposto nos Apêndices do Contrato e Condições Gerais, exceto qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará Falha de Programação: (a) ser o fato atribuído a Caso Fortuito ou Força Maior; (b) estarem os compromissos de retirada parcial ou totalmente reduzidos em virtude de Parada Programada ou de Plano de Contingência; e (c) descumprimento pela Vendedora das Condições de Entrega;
32. **“Fator de Conversão”** significa o fator aplicável para conversão de m³ para MMBTU, correspondente a 0,03730216;
33. **“Faturamento Regular do Gás”** significa o valor do faturamento mensal das Quantidades de Gás efetivamente disponibilizadas pela Compradora à Vendedora no Ponto de Entrega, cuja propriedade tenha sido transferida à Compradora, apurado conforme Apêndice aplicável;
34. **“Funcionário Público”** significa qualquer funcionário ou empregado de qualquer governo, ou de qualquer agência, ministério, departamento de um governo (em qualquer nível), pessoa atuando em qualquer função pública para um governo, independentemente de qual seja a sua graduação ou cargo, público ou empregado de alguma empresa total ou parcialmente controlada pelo governo (por exemplo, uma empresa de petróleo de economia mista ou de propriedade do governo), partido político e qualquer funcionário de partido político, candidato a um cargo político, executivo ou funcionário de alguma organização internacional pública, tais como as Nações Unidas ou Banco Mundial, ou membro familiar próximo (significando um cônjuge, filho dependente ou residente no mesmo lar) de qualquer um dos supracitados;
35. **“Garantia”** significa a garantia de cumprimento contratual, caso aplicável, a ser emitida e apresentada pela Compradora, desde que previamente aprovada pela Vendedora, de forma a garantir o bom e fiel cumprimento da(s) Notificação(ões) de Confirmação, nos termos da cláusula 8ª – Garantia;



36. **“Gás”** ou **“Gás Natural”** significa o gás natural objeto do Contrato e dos seus Anexos e Apêndices, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas Condições de Referência; que tenha origem nacional ou importada que, após processamento, atenda à especificação do regulamento técnico que é parte integrante da resolução ANP nº 16 de 17/06/2008;
37. **“Grupo Econômico”** significa a Sociedade e todas as entidades que sejam por ela controladas, suas controladoras e/ou sob controle comum, assim como toda e qualquer outra entidade que seja a ela afiliada sob qualquer forma;
38. **“IGP-M”** significa o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro índice que venha a substituí-lo. Caso o IGP-M seja extinto e não seja substituído por outro índice, as Partes acordarão um novo índice para atender ao mesmo fim;
39. **“Início de Fornecimento”** significa a data definida na(s) Notificação(ões) de Confirmação, conforme cláusula 2.2;
40. **“Legislação”, “Legislação Aplicável”** ou **“Lei”** significa todas as disposições constitucionais, leis, medidas provisórias, decretos, licenças, autorizações, resoluções, portarias, regulamentos e outras normas aplicáveis à operação tratada no Contrato e suas respectivas alterações posteriores ou quaisquer textos que venham a substituí-los;
41. **“Leis Anticorrupção”** significa (a) a Lei dos Estados Unidos de Práticas de Anticorrupção no Exterior de 1977; (b) a Lei do Reino Unido de Anticorrupção de 2010; e (c) todas as leis e regulamentos federais, distritais, estaduais ou municipais aplicáveis que proíbam a evasão fiscal, lavagem de dinheiro ou que de qualquer outra forma disponham a respeito de procedimentos relacionados a práticas criminosas, suborno, fornecimento de gratificações ilegais, pagamentos de facilitação ou outros benefícios para qualquer funcionário do governo ou qualquer outra pessoa, incluindo as Leis Penais Brasileiras e a Lei Federal nº 12.846/2013;
42. **“Mês”** significa, para o primeiro Mês, o período que começa no Dia do Início de Fornecimento e termina às 24:00h (vinte e quatro horas) do último Dia de tal Mês. Para o último Mês, começará no primeiro Dia do Mês correspondente e terminará no último Dia de vigência do Contrato. Para os demais Meses, corresponde a cada mês calendário de vigência do Contrato, tendo início à 00:00h (zero hora) do primeiro Dia de cada Mês e terminando às 24:00h (vinte e quatro horas) do último Dia de tal Mês. Mensalmente será interpretado de modo análogo;
43. **“Metro Cúbico”** ou **“m<sup>3</sup>”** significa o volume de Gás que, nas Condições de Referência, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico;
44. **“Modalidade de Contratação”** significa a modalidade a ser aplicada à Transação, Modalidade Firme ou Flexível, conforme item da 3.11 da Notificação de Confirmação firmada pelas Partes;
45. **“Modalidade Firme”** significa a modalidade de fornecimento de Gás na qual a Vendedora se obriga a fornecer Gás equivalente à Quantidade Diária Programada (QDP), até o limite da Quantidade Diária Contratada (QDC) estabelecida nas Notificações de Confirmação, observado os compromissos de retirada e fornecimento de Gás definidos nos Apêndices;
46. **“Modalidade Flexível”** significa a modalidade de fornecimento de Gás na qual a Vendedora tem a opção de fornecer Gás em determinado Período de Fornecimento e a Compradora deverá retirar as quantidades de Gás disponibilizadas;
47. **“Notificação de Confirmação”** significa o contrato entre as Partes que define as condições complementares de cada Transação e que, em conjunto com o presente Contrato, seus Anexos e Apêndices, estabelece compromisso vinculante entre as Partes, conforme estabelecido na cláusula 3ª. O modelo da Notificação de Confirmação está descrito no “ANEXO 2 – MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO”;



48. **“Notificação”** significa qualquer comunicação entre as Partes feita na forma e dirigida aos endereços constituídos na cláusula 25ª – Notificações, cujo recebimento possa ser provado, pela Parte emitente, de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta, comunicação eletrônica ou qualquer outro meio de notificação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. Entenda-se notificar e suas flexões verbais como o ato de enviar uma Notificação;
49. **“Parada Programada”** significa as situações transitórias descritas na cláusula 14ª (Paradas Programadas);
50. **“Parâmetros Fiscais”** significam os padrões relacionados a Tributos, alíquotas, códigos, nomenclaturas, entre outros, que impactem a carga tributária da operação e devam ser aplicados no momento da emissão dos Documentos de Cobrança;
51. **“Parcela de Molécula”** ou **“PM”** significa a parcela referente à molécula de cada modalidade contratual contida nos respectivos Preços do Gás (PG);
52. **“Parcela de Transporte”** ou **“PT”** significa a parcela referente ao transporte contida no(s) Preço(s) do Gás (PG), conforme aplicável;
53. **“Parte Afetada”** significa a Parte que invocar a ocorrência de evento de Caso Fortuito ou Força Maior, nos termos da cláusula 20ª – Caso Fortuito ou Força Maior;
54. **“Parte(s)”** significa, no singular, a Vendedora ou a Compradora, conforme o caso; no plural, a Vendedora e a Compradora, conjuntamente, conforme definição no preâmbulo deste Contrato;
55. **“Penalidade”** significa a Penalidade por Falha de Fornecimento ou Falha de Programação, conforme aplicável, definida no respectivo Apêndice;
56. **“Período de Faturamento”** significam os períodos definidos na cláusula 6ª – Faturamento e Pagamento;
57. **“Período de Fornecimento”** significa o período determinado na Notificação de Confirmação, durante o qual a vendedora venderá o Gás para a Compradora, nos termos acordados entre as Partes;
58. **“Plano de Contingência”** significa o plano de contingência descrito na cláusula 21ª (Plano de Contingência);
59. **“Poder Calorífico de Referência”** ou **“PCR”** significa a quantidade de energia utilizada como referência, equivalente a 9.400 kcal por 1,0 m<sup>3</sup>;
60. **“Poder Calorífico Superior”** ou **“PCS”** significa a quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com Arredondamento em três casas decimais. Sua unidade de medida será kcal/m<sup>3</sup> (Quilocaloria por Metro Cúbico). No âmbito do Contrato, a determinação do PCS será efetuada no Ponto de Saída;
61. **“Ponto de Entrega”** significa localidade física onde o Gás é entregue à Compradora pela Vendedora ou por terceiro autorizado pela Vendedora, nas condições estabelecidas neste Contrato e em seus Anexos e Apêndices e nas Notificações de Confirmação;
62. **“Ponto de Saída”** significa o local físico no Sistema de Transporte onde o Gás é colocado pelo Transportador à disposição da Compradora;
63. **“Preço do Gás de Ultrapassagem”** significa o Preço do Gás a ser aplicado observado o disposto no APÊNDICE 3 deste Termos e Condições Gerais;

64. **“Preço do Gás”** significa o somatório da PM e da PT, conforme itens 3.1 e 3.2 da Notificação de Confirmação, em R\$/MMBtu (Reais por Milhão de BTU). O Preço do Gás será indicado no item 3.3 da Notificação de Confirmação;
65. **“Proteção de Dados”** significa o compromisso das Partes em atender à Legislação no que se refere à proteção de dados, comprometendo-se, quando aplicável, a captar, processar (interna ou externamente), conservar e tratar os Dados Pessoais, prevista na cláusula 28.8;
66. **“Qualidade do Gás”** significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e a propriedades físico-químicas do gás especificados pela resolução ANP Nº 16, de 17/06/2008;
67. **“Quantidade de Gás”** significa um volume de Gás, expresso em Metros Cúbicos nas Condições de Referência;
68. **“Quantidade Diária Alocada”** ou **“QDA”** significa a quantidade de Gás alocada na entrada e/ou saída do transporte para a Vendedora e/ou Compradora, calculada conforme estabelecido no respectivo Apêndice aplicável;
69. **“Quantidade Diária Contratada”** ou **“QDC”** significa a quantidade de Gás máxima objeto dos compromissos de fornecimento ou de retirada, conforme aplicável, estabelecidos na(s) Notificação(ões) de Confirmação a cada Transação;
70. **“Quantidade Diária Disponibilizada”** ou **“QDD”** significa a quantidade de Gás que, no Dia, tenha sido efetivamente colocada, pela Vendedora, à disposição da Compradora, determinada por Ponto de Entrega;
71. **“Quantidade Diária Nominada”** ou **“QDN”** significa a Quantidade de Gás que, conforme o caso (i) a Vendedora ou Compradora nomina ao Transportador que será por ela disponibilizada no Ponto de Entrega, em um determinado Dia, no âmbito do Contrato de Transporte de Entrada; ou (ii) a Vendedora ou Compradora nomina ao Transportador, em um determinado Dia, para que o Transportador disponibilize no Ponto de Saída, no contexto do Contrato de Transporte de Saída, ambas relativas à prestação do serviço de transporte referente ao Gás objeto deste Termos e Condições Gerais;
72. **“Quantidade Diária Programada”** ou **“QDP”** significa a quantidade de Gás total que a Vendedora tenha programado para, no Dia, disponibilizar à Compradora, nos Pontos de Entrega, conforme cláusula 3ª (Programação e Alocação);
73. **“Quantidade Diária Retirada”** ou **“QDR”** significa a Quantidade de Gás calculada conforme estabelecido no respectivo Apêndice aplicável;
74. **“Quantidade Diária Solicitada”** ou **“QDS”** significa a Quantidade de Gás calculada conforme estabelecido no respectivo Apêndice aplicável;
75. **“Quantidade Faltante”** ou **“QF”** significa a Quantidade de Gás calculada conforme estabelecido no respectivo Apêndice aplicável;
76. **“Quantidade Medida”** ou **“QM”** significa a Quantidade de Gás calculada conforme estabelecido no respectivo Apêndice aplicável;
77. **“Quantidade Não Retirada”** ou **“QNR”** significa a Quantidade de Gás calculada conforme estabelecido nos Apêndices;
78. **“Regulamento”** significam as regras da câmara de arbitragem definida na cláusula 24.3;
79. **“Sentença Arbitral”** significa a decisão final do Tribunal Arbitral proferida em procedimento de Arbitragem;



80. **“Ship or Pay”** ou **“SoP”** significa o percentual definido na Notificação de Confirmação, se aplicável, relativo ao percentual devido em virtude da contratação de capacidade de Transporte;
81. **“Sistema de Medição”** significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, analisadores, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, que possibilitam a medição do Gás fornecido na Estação de Entrega;
82. **“Sistema de Transporte”** significa o conjunto de gasodutos e instalações utilizados para movimentação de gás natural e que estão sob responsabilidade de empresa autorizada a exercer a atividade de transporte de gás natural;
83. **“Take or Pay”** ou **“ToP”** significa o valor do compromisso mínimo de retirada do Gás da Compradora, conforme fórmula estabelecida nos Apêndices. O valor do Take or Pay será faturado na forma estabelecida nos Apêndices deste Temos e Condições Gerais;
84. **“Transação”** significa cada negociação feita entre as Partes, envolvendo a compra e venda de gás natural com base neste Contrato e em seus Apêndices, que seja devidamente formalizado, nos termos estabelecidos na cláusula 3ª;
85. **“Transportador”** significa a empresa ou consórcio de empresas autorizados a exercer a atividade de transporte de Gás Natural;
86. **“Tribunal Arbitral”** significa o tribunal referido na cláusula 24ª;
87. **“Tributos”** significam todos e quaisquer tributos, impostos e adicionais de impostos (inclusive sobre renda, renda bruta, venda, uso, propriedade, valor agregado), taxas (incluindo documental, de licença e de registro), fundos orçamentários, empréstimos compulsórios, contribuições, retenção, ou qualquer outro encargo de natureza pecuniária, juntamente com penalidade, multa e sobretaxa, instituído em Lei e/ou devido e/ou cobrado por qualquer Autoridade Competente;
88. **“Valor de Indenização da Resolução (VIR)”** significa o valor devido pela resolução antecipada da(s) Transação(ões) prevista(s) na(s) Notificação(ões) de Confirmação, definido conforme cláusula 19.2.

#### ANEXO 4 - PROCURAÇÃO DA CONTRAPARTE



## Apêndice 1 - V0.CE: Condições Específicas sem Contratação de Transporte pela Vendedora

### APÊNDICE 1 - V0.CE: CONDIÇÕES ESPECÍFICAS SEM CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE PELA VENDEDORA

Os termos e condições estabelecidos neste Apêndice são adicionais e complementares às disposições dos Contrato e seus Anexos.

#### 1. COMPROMISSOS

1.1. **Take or Pay (ToP).** Ressalvadas as situações de não recebimento de Gás por Parada Programada, Falha no Fornecimento ou Caso Fortuito ou Força Maior de qualquer Parte, a Compradora obriga-se a adquirir e retirar e, mesmo que não retire, pagar à Vendedora, a título de Take or Pay (ToP), conforme item 2.2 deste Apêndice, uma Quantidade de Gás que seja igual ao percentual definido nas respectivas Notificações de Confirmação da Quantidade Diária Contratada (QDC) ou da Quantidade Diária Programada (QDP), conforme o caso.

1.1.1. A apuração de Quantidade Não Retirada (QNR), para verificação do cumprimento da obrigação do compromisso de Take or Pay (ToP) pela Compradora, será calculada conforme a(s) seguinte(s) fórmula(s):

Para apuração em base diária:

$$QNR_{ToP} = (Max(X\% \times QDC; QDP)) - (QN_{PP} + QN_{FF} + QN_{FM}) - (QDD)$$

Para apuração em base mensal ou anual, conforme aplicável:

$$QNR_{ToP} = \left( X\% \times \sum_{j=1}^M QDC \right) - \left( \sum_{j=1}^M (QN_{PP} + QN_{FF} + QN_{FM}) \right) - \left( \sum_{j=1}^M QDD \right)$$

Onde:

- i. “ $QNR_{ToP}$ ” significa a Quantidade Não Retirada de Gás, para fins de Take or Pay (ToP), expressa em  $m^3$  na Condição de Referência, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- ii. “ $QDC$ ” significa a Quantidade Diária Contratada (QDC), expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- iii. “ $QDP$ ” significa a Quantidade Diária Programada (QDP), expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- iv. “ $QN_{PP}$ ” significa Quantidade de Gás não retirada em decorrência de Paradas Programadas, expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- v. “ $QN_{FF}$ ” significa a Quantidade de Gás não disponibilizada decorrente de Falha no Fornecimento, expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- vi. “ $QN_{FM}$ ” significa a Quantidade de Gás não disponibilizada decorrente de Caso Fortuito ou Força Maior, expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- vii. “ $QDD$ ” significa a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD), expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- viii. “ $X\%$ ” significa o percentual de Take or Pay a ser definido nas Notificações de Confirmação;
- ix. “ $M$ ” significa o número de Dias do correspondente Mês ou Ano, conforme aplicável; e
- x. “ $j$ ” significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês ou Ano, conforme aplicável.

## Apêndice 1 - V0.CE: Condições Específicas sem Contratação de Transporte pela Vendedora

- 1.1.2. Caso em determinado Dia seja identificada a existência de Quantidades Não Retiradas (QNR), na forma do item 1.1.1 acima, a Compradora deverá pagar à Vendedora o montante previsto, conforme 2.2 deste Apêndice, correspondente ao Take or Pay (ToP), sem prejuízo do disposto no item 2.1.

1.2. **Compromisso de Fornecimento da Vendedora.** Ressalvadas as situações de Parada Programada da Vendedora ou Caso Fortuito ou Força Maior de qualquer Parte, a Vendedora obriga-se a, em cada Dia, nominar a Quantidade Diária Programada (QDP), junto ao Agente a Montante, como Quantidade Diária Nominada (QDN) a ser informada pelo Agente a Montante ao Transportador. Caso a Vendedora não cumpra com tal compromisso e/ou o Agente a Montante não programe a Vendedora deverá pagar a penalidade estabelecida no item 6.1 deste Apêndice.

## 2. FATURAMENTO E PAGAMENTO

2.1. **Faturamento Regular do Gás.** Para cada fornecimento de Gás formalizado através das Notificações de Confirmação em um dado Mês, o valor do faturamento regular será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$FAT = PG_i \times \sum_{j=1}^M QDD \times FC$$

Onde:

- i.  $FAT^m$  significa o valor do faturamento regular pelo fornecimento do Gás, a ser pago pela Compradora, na forma prevista neste Contrato;
- ii.  $PG_i$  significa o Preço do Gás, expresso em R\$/MMBtu, previsto em cada Notificação de Confirmação com Transação realizada no respectivo Mês, acrescido dos Tributos aplicáveis, com Arredondamento na quarta casa decimal;
- iii.  $QDD$  significa a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) no Dia no Ponto de Entrega em cada Notificação de Confirmação com Transação realizada no respectivo Mês, expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- iv.  $FC$  significa o Fator de Conversão, de m<sup>3</sup> para MMBTU, correspondente a 0,03730216;
- v.  $M$  significa o número de Dias do correspondente Mês;
- vi.  $i$  significa cada Notificação de Confirmação com Transação realizada no respectivo Mês; e
- vii.  $j$  significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês.

2.2. **Take or Pay.** O valor a ser pago a título de Take or Pay (ToP) pela Compradora à Vendedora caso seja apurada Quantidade Não Retirada (QNR) em determinada Notificação de Confirmação, na forma do item 1.1 deste Apêndice, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{ToP} = PG_i \times \sum_{j=1}^M QNR_{ToP} \times FC$$

Onde:

- i.  $FAT_{ToP}$  significa o valor a ser pago pela Compradora à Vendedora, em razão do não cumprimento do compromisso de Take or Pay (ToP);



**Apêndice 1 - V0.CE: Condições Específicas sem Contratação de Transporte pela Vendedora**

- ii. " $QNR_{TOP}$ " significa a Quantidade Não Retirada (QNR) em determinada Notificação de Confirmação, expressa em  $m^3$  na Condição de Referência, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- iii. " $PG_i$ " significa o Preço do Gás, expresso em R\$/MMBTU, previsto em cada Notificação de Confirmação com Transação realizada no respectivo Mês, acrescido dos Tributos aplicáveis, com Arredondamento na quarta casa decimal;
- iv. " $FC$ " significa o Fator de Conversão, de  $m^3$  para MMBTU, correspondente a 0,03730216;
- v. " $M$ " significa o número de Dias do correspondente Mês ou Ano, conforme aplicável;
- vi. " $i$ " significa cada Notificação de Confirmação com Transação realizada no respectivo Mês ou Ano, conforme aplicável; e
- vii. " $j$ " significa o  $j$ -ésimo Dia do correspondente Mês ou Ano, conforme aplicável.

2.2.1. Caso o Take or Pay estabelecido na Notificação de Confirmação seja anual, o valor previsto nesta cláusula deverá ser faturado em janeiro de cada Ano. No primeiro e no último Ano da Transação, a verificação de cumprimento do compromisso será feita de forma proporcional ao respectivo período de apuração.

2.2.2. Será emitido Documento de Cobrança referente ao Take or Pay (ToP) devido pela Compradora, no qual serão incluídos os Tributos devidos.

2.2.3. A Compradora não fará jus a nenhum tipo de recuperação e/ou crédito pelo pagamento à Vendedora do Take or Pay (ToP).

**3. PROGRAMAÇÃO E ALOCAÇÃO**

3.1. Para Transações cujo Período de Fornecimento seja inferior ou igual a 1 (um) Mês, a não ser que de outra forma seja acordado entre as Partes na Notificação de Confirmação, as Partes acordam que a Quantidade Diária Contratada (QDC) estabelecida nas Notificações de Confirmação será considerada como Quantidade Diária Programada (QDP) para o Dia de fornecimento.

3.2. Para Transações cujo Período de Fornecimento seja superior a 1 (um) Mês, a não ser que de outra forma seja acordado entre as Partes na Notificação de Confirmação, serão observadas as seguintes condições:

3.2.1. A Compradora enviará mensalmente à Vendedora, com no mínimo 10 (dez) Dias de antecedência ao início de cada Mês, Notificação contendo a Quantidade Diária Solicitada (QDS) para cada Dia do Mês em referência e para os 02 (dois) Meses subsequentes, por Ponto de Entrega, e considerando a obrigação da Vendedora de aceite da QDS como QDP até o limite da QDC, salvo em situações de Parada Programada e/ou Caso Fortuito ou Força Maior da Vendedora.

3.2.1.1. Para o primeiro Mês, a Notificação de que trata o item 3.2.1 acima será enviada em até 10 (dez) Dias de antecedência ao Início de Fornecimento.

3.2.2. A Compradora poderá solicitar alteração das Quantidades Diárias Solicitadas (QDS) à Vendedora até às 10:00 (dez horas) do Dia anterior ao Dia do fornecimento. A não comunicação implicará o estabelecimento da Quantidade Diária Programada (QDP) considerando as últimas QDS válida informada como referência, nos termos do item 3.2.1 acima.

**Apêndice 1 - V0.CE: Condições Específicas sem Contratação de Transporte pela Vendedora**

3.2.2.1. Caso a Compradora solicite QDS acima da QDC, a Vendedora poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou recusar, de forma integral ou parcial. Caso a Vendedora não confirme os valores de QDS solicitados acima da QDC como QDP, fica desde já determinado que tal recusa não configurará Falha de Fornecimento. Ao revisar a QDP em virtude de pedido de QDS superior à QDC, a Vendedora não poderá, sob nenhuma hipótese, alterar a QDP para valor inferior à QDC.

3.2.3. A Quantidade Diária Programada (QDP) deverá ser confirmada pela Vendedora, no Dia anterior ao Dia do fornecimento, mediante envio de Notificação à Compradora, até às 15:00 (quinze horas).

3.2.3.1. A QDP deverá ser utilizada para fins de nominação junto ao Agente a Montante para o Dia do fornecimento.

3.2.3.2. Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a efetivação da QDP em determinado Dia, a Vendedora enviará Notificação comunicando o fato à Compradora, tão logo quanto possível, sem que tal Notificação descaracterize a Falha no Fornecimento, excetuadas as hipóteses de Caso Fortuito ou Força Maior.

3.3. Para fins de apuração da Quantidade Diária Disponibilizada (QDD), será aplicada a seguinte fórmula:

$$QDD = QDP - QN_{FF}$$

Onde:

- i. "QDD" significa a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD), expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- ii. "QDP" significa a Quantidade Diária Programada (QDP), expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência; e
- iii. " $QN_{FF}$ " significa a Quantidade de Gás não disponibilizada pela Vendedora ou pelo Agente a Montante, no Ponto de Entrega, expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência.

3.4. A alocação da Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) em determinado Dia será proporcional a Quantidade Diária Programada (QDP) em cada modalidade contratual.

**4. PONTOS DE ENTREGA**

4.1. A Quantidade de Gás objeto da transferência de propriedade do Gás será sempre a QDD, calculada conforme item 3.3, observado o disposto no item 3.4 deste Apêndice.

4.1.1. Caso, em qualquer hipótese, a quantidade alocada pelo Transportador à Compradora seja superior à QDD em virtude de injeção a maior pela Vendedora ou pelo Agente a Montante, a Vendedora se compromete a manter a Compradora indene em relação a quaisquer custos, inclusive tributos, e penalidades que esta venha a incorrer em virtude da injeção a maior.

**5. MEDIÇÃO**

5.1. As Partes reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis aos Sistemas de Medição e às condições de entrega do Gás estão estabelecidas nos Contratos de Transporte, devendo para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste Apêndice. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela Compradora em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do Transportador, as Partes concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos Contratos de Transporte.



## Apêndice 1 - V0.CE: Condições Específicas sem Contratação de Transporte pela Vendedora

**6. PENALIDADES**

6.1. No caso de Falha no Fornecimento, em determinado Dia, no Ponto de Entrega, a Vendedora pagará à Compradora uma penalidade calculada de acordo com as seguintes fórmulas:

$$P_{FF(Dia)} = (QN_{FF} \times 30\% \times PG \times FC), \text{ sendo:}$$

$$QN_{FF} = \text{Max} (0; QDP - QDA)$$

Onde:

- i. " $QN_{FF}$ " significa a Quantidade de Gás não disponibilizada pela Vendedora conforme fórmula abaixo, no Ponto de Entrega, expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- ii. " $QDP$ " significa a Quantidade Diária Programada (QDP), em determinado Dia, expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- iii. " $QDA$ " significa a Quantidade Diária Alocada (QDA) na entrada do transporte para a Vendedora, expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- iv. " $P_{FF(Dia)}$ " significa o valor da penalidade diária por Falha no Fornecimento, caso positiva;
- v. " $PG$ " significa o Preço do Gás, vigente no Dia em que ocorreu a Falha no Fornecimento, expressa em R\$/MMBTu, com Arredondamento na quarta casa decimal; e
- vi. " $FC$ " significa o Fator de Conversão, de  $m^3$  para MMBTU, correspondente a 0,03730216.

6.2. Sem prejuízo do pagamento do VIR nos termos da cláusula 19ª do Contrato, nas hipóteses aplicáveis, a penalidade estabelecida no item 6.1 acima é o único valor aplicável à Vendedora em caso de Falha de Fornecimento. Nenhum outro valor, relativo à respectiva quantidade não disponibilizada, compensatório ou não compensatório, será devido pela Vendedora, mesmo que as perdas e danos, diretos ou indiretos, incorridos pela Compradora tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

6.3. Todo volume de Gás não entregue em razão de Falha no Fornecimento deverá ser descontado do cálculo do compromisso de retirada previsto no item 1.1 deste Apêndice.

## Apêndice 2 - Condições Específicas da Disponibilização do Gás na Entrada do Transporte

### APÊNDICE 2 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA DISPONIBILIZAÇÃO DO GÁS NA ENTRADA DO TRANSPORTE

Os termos e condições estabelecidos neste Apêndice são adicionais e complementares às disposições dos Contrato e seus Anexos.

#### 1. COMPROMISSOS

1.1. **Encargo de Capacidade.** Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de Gás por Falha no Fornecimento, Paradas Programadas ou Caso Fortuíto ou Força Maior de qualquer Parte, a Compradora obriga-se a adquirir e utilizar e, mesmo que não utilize, pagar à Vendedora, a título de Encargo de Capacidade, conforme item 2.2, um custo associado à reserva de capacidade de transporte que seja igual ao percentual Y% definido nas Notificações de Confirmação da Quantidade Diária Contratada (QDC) ou da Quantidade Diária Programada (QDP), conforme o caso.

1.1.1. A apuração da Capacidade Não Utilizada (CNU), para verificação do cumprimento da obrigação do Encargo de Capacidade (EC) pela Compradora, será calculada conforme a(s) seguinte(s) fórmula(s):

Para apuração em base diária:

$$CNU = \sum_{j=1}^M (Max(Y\% \times QDC; QDP) - (QN_{PP} + QN_{FF} + QN_{FM}) - (QDD))$$

Para apuração em base mensal:

$$CNU = \left( \sum_{j=1}^M Max(Y\% \times QDC; QDP) \right) - \left( \sum_{j=1}^M QN_{PP} + QN_{FF} + QN_{FM} \right) - \left( \sum_{j=1}^M QDD \right)$$

Onde:

- i. "CNU" significa a Quantidade de Gás referente à Capacidade Não Utilizada (CNU), sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo, expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- ii. "QDC" significa a Quantidade Diária Contratada (QDC), expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- iii. "QDD" significa a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD), expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- iv. "QN<sub>PP</sub>" significa a Quantidade de Gás não disponibilizada decorrente de Falha no Fornecimento, expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- v. "QN<sub>FM</sub>" significa a Quantidade de Gás não disponibilizada decorrente de Caso Fortuíto ou Força Maior, expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- vi. "QN<sub>PP</sub>" significa Quantidade de Gás não retirada em decorrência de Paradas Programadas, expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- vii. "Y%" significa o percentual de Ship or Pay (SoP) a ser definido nas Notificações de Confirmação;



## Apêndice 2 - Condições Específicas da Disponibilização do Gás na Entrada do Transporte

viii. "M" significa o número de Dias do correspondente Mês; e

ix. "j" significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês.

1.1.2. Caso em determinado Mês seja identificada a existência de Capacidades Não Utilizadas (CNU), na forma do item 1.1.1 acima, a Compradora deverá pagar à Vendedora o montante previsto conforme item 2.2, correspondente ao Encargo de Capacidade, sem prejuízo do disposto no item 2.1.

1.2. **Take or Pay (ToP).** Ressalvadas as situações de não recebimento de Gás por Falha no Fornecimento ou Caso Fortuito ou Força Maior de qualquer Parte, a Compradora obriga-se a, adquirir e retirar e, mesmo que não retire, pagar à Vendedora, a título de Take or Pay (ToP), conforme item 2.3 deste Apêndice, uma Quantidade de Gás que, seja igual ao percentual X% definido nas Notificações de Confirmação da Quantidade Diária Contratada (QDC) ou da Quantidade Diária Programada (QDP), conforme o caso.

1.2.1. A apuração de Quantidade Não Retirada (QNR), para verificação do cumprimento da obrigação do compromisso de Take or Pay (ToP) pela Compradora, será calculada conforme a(s) seguinte(s) fórmula(s):

Para apuração em base diária:

$$QNR_{ToP} = \sum_{j=1}^M (Max(X\% \times QDC; QDP)) - (QN_{PP} + QN_{FF} + QN_{FM}) - (QDD)$$

Para apuração em base mensal ou anual, conforme aplicável:

$$QNR_{ToP} = \left( X\% \times \sum_{j=1}^M QDC \right) - \left( \sum_{j=1}^M QN_{PP} + QN_{FF} + QN_{FM} \right) - \left( \sum_{j=1}^M QDD \right)$$

Onde:

- i. "QNR<sub>ToP</sub>" significa a Quantidade Não Retirada de Gás, para fins de Take or Pay (ToP), expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- ii. "QDC" significa a Quantidade Diária Contratada (QDC), expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- iii. "QDP" significa a Quantidade Diária Programada (QDP), expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- iv. "QN<sub>PP</sub>" significa Quantidade de Gás não retirada em decorrência de Paradas Programadas, expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- v. "QN<sub>FF</sub>" significa a Quantidade de Gás não disponibilizada decorrente de Falha no Fornecimento, expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- vi. "QN<sub>FM</sub>" significa a Quantidade de Gás não disponibilizada decorrente de Caso Fortuito ou Força Maior, expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- vii. "QDD" significa a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD), expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- viii. "X%" significa o percentual de Take or Pay (ToP) a ser definido nas Notificações de Confirmação;
- ix. "M" significa o número de Dias do correspondente Mês ou Ano, conforme aplicável; e
- x. "j" significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês ou Ano, conforme aplicável.

## Apêndice 2 - Condições Específicas da Disponibilização do Gás na Entrada do Transporte

- 1.2.2. Caso em determinado Dia seja identificada a existência de Quantidades Não Retiradas (QNR), na forma do item 1.2.1 acima, a Compradora deverá pagar à Vendedora o montante previsto, conforme item 2.3 deste Apêndice, correspondente ao Take or Pay (ToP), sem prejuízo do disposto no item 2.1.

1.3. **Compromisso de Fornecimento da Vendedora.** Ressalvadas as situações de Parada Programada da Vendedora ou Caso Fortuíto ou Força Maior de qualquer Parte, a Vendedora obriga-se a, em cada Dia, nominar a Quantidade Diária Programada (QDP), junto ao Transportador, como Quantidade Diária Nominada (QDN). Caso a Vendedora não cumpra com tal compromisso e/ou o Transportador não programe por razões imputáveis à Vendedora ou ao Agente a Montante, deverá pagar a penalidade estabelecida no item 6.2 deste Apêndice.

## 2. FATURAMENTO E PAGAMENTO

2.1. **Faturamento Regular do Gás.** Para cada fornecimento de Gás formalizado através das Notificações de Confirmação em um dado Mês, o valor do faturamento regular será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$FAT = PG_i \times \sum_{j=1}^M QDD \times FC$$

Onde:

- i. "FAT" significa o valor do faturamento regular pelo fornecimento do Gás, a ser pago pela Compradora, na forma prevista neste Contrato;
- ii. "PG<sub>i</sub>" significa o Preço do Gás, expresso em R\$/MMBtu, previsto na Notificação de Confirmação, acrescido dos Tributos aplicáveis;
- iii. "QDD" significa a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) no Dia no Ponto de Entrega, no Dia no Ponto de Entrega em cada Notificação de Confirmação com Transação realizada no respectivo Mês, expressa em m³ na Condição de Referência;
- iv. "FC" significa o Fator de Conversão, de m³ para MMBTU, correspondente a 0,03730216;
- v. "M" significa o número de Dias do correspondente Mês;
- vi. "i" significa cada Notificação de Confirmação com Transação realizada no respectivo Mês; e
- vii. "j" significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês.

2.2. **Encargo de Capacidade.** O valor do Encargo de Capacidade devido pela Compradora à Vendedora, exclusivamente, em razão dos custos fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do Gás disponibilizada à Compradora, caso seja verificada Capacidade Não Utilizada (CNU) em determinada Notificação de Confirmação, na forma do item 1.1.1, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{EC} = (CNU \times PT_i \times FC)$$

Onde:

- i. "FAT<sub>EC</sub>" significa o valor a ser pago de Encargo de Capacidade pela Compradora à Vendedora;
- ii. "CNU" significa a Quantidade de Gás referente à Capacidade Não Utilizada (CNU);
- iii. "PT<sub>i</sub>" significa a Parcela de Transporte (PT), prevista na respectiva Notificação de Confirmação, acrescida dos Tributos aplicáveis; e



## Apêndice 2 - Condições Específicas da Disponibilização do Gás na Entrada do Transporte

iv. "FC" significa o Fator de Conversão, de m<sup>3</sup> para MMBTU, correspondente a 0,03730216.

2.2.1. Será emitido Documento de Cobrança referente ao Encargo de Capacidade (EC) devido pela Compradora, no qual serão incluídos os Tributos devidos.

2.2.2. A Compradora não fará jus a nenhum tipo de recuperação e/ou crédito pelo pagamento à Vendedora do Encargo de Capacidade (EC).

2.3. **Take or Pay.** O valor a ser pago a título de Take or Pay (ToP) pela Compradora à Vendedora caso seja apurada Quantidade Não Retirada (QNR) em determinada Notificação de Confirmação em um dado Mês, na forma do item 1.2 deste Apêndice, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{ToP} = (PM_i \times \sum_{j=1}^M QNR_{ToP} \times FC)$$

Onde:

- i. "FAT<sub>ToP</sub>" significa o valor a ser pago pela Compradora à Vendedora, em razão do não cumprimento do compromisso de Take or Pay (ToP);
- ii. "QNR<sub>ToP</sub>" significa a Quantidade Não Retirada (QNR) em determinada Notificação de Confirmação, expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- iii. "PM<sub>i</sub>" significa a Parcela da Molécula (PM) prevista em cada Notificação de Confirmação com Transação realizada no respectivo Mês, expressa em R\$/MMBtu, previsto na Notificação de Confirmação, com Arredondamento na quarta casa decimal;
- iv. "FC" significa o Fator de Conversão, de m<sup>3</sup> para MMBTU, correspondente a 0,03730216;
- v. "M" significa o número de Dias do correspondente Mês;
- vi. "i" significa cada Notificação de Confirmação com Transação realizada no respectivo Mês; e
- vii. "j" significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês.

2.3.1. Caso o Take or Pay estabelecido na Notificação de Confirmação seja anual, o valor previsto nesta cláusula deverá ser faturado em Janeiro de cada Ano. No primeiro e no último Ano da Transação, a verificação de cumprimento do compromisso será feita de forma proporcional ao número de Dias do respectivo período de apuração.

2.3.2. Será emitido Documento de Cobrança referente ao Take or Pay (ToP) devido pela Compradora, no qual serão incluídos os Tributos devidos.

2.3.3. A Compradora não fará jus a nenhum tipo de recuperação e/ou crédito pelo pagamento à Vendedora do Take or Pay (ToP).

### 3. PROGRAMAÇÃO E ALOCAÇÃO

3.1. Para Transações cujo Período de Fornecimento seja inferior ou igual a 1 (um) Mês, a não ser que de outra forma seja acordado entre as Partes na Notificação de Confirmação, as Partes acordam que a Quantidade Diária Contratada (QDC) estabelecida nas Notificações de Confirmação deverá ser considerada para fins de nominação junto ao Transportador para o Dia de fornecimento.

3.2. Para Transações cujo Período de Fornecimento seja superior a 1 (um) Mês, a não ser que de outra forma seja acordado entre as Partes na Notificação de Confirmação, serão observadas as seguintes condições:

**Apêndice 2 - Condições Específicas da Disponibilização do Gás na Entrada do Transporte**

- 3.2.1. A Compradora enviará mensalmente à Vendedora, com no mínimo 10 (dez) Dias de antecedência ao início de cada Mês, Notificação contendo a Quantidade Diária Solicitada (QDS) para cada Dia do Mês em referência e para os 02 (dois) Meses subsequentes, por Ponto de Entrega, e considerando a obrigação da Vendedora de aceite da QDS como QDP até o limite da QDC, salvo em situações de Parada Programada e/ou Caso Fortuito ou Força Maior da Vendedora.
- 3.2.1.1. Para o primeiro Mês, a Notificação de que trata o item 3.2.1 acima será enviada em até 10 (dez) Dias de antecedência ao Início de Fornecimento.
- 3.2.2. A Compradora poderá solicitar alteração das Quantidades Diárias Solicitadas (QDS) à Vendedora até às 10:00 (dez horas) do Dia anterior ao Dia do fornecimento. A não comunicação implicará o estabelecimento da Quantidade Diária Programada (QDP) considerando as últimas QDS válida informada como referência, nos termos do item 3.2.1 acima.
- 3.2.2.1. Caso a Compradora solicite QDS acima da QDC, a Vendedora poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou recusar, de forma integral ou parcial. Caso a Vendedora não confirme os valores de QDS solicitados acima da QDC como QDP, fica desde já determinado que tal recusa não configurará Falha de Fornecimento. Ao revisar a QDP em virtude de pedido de QDS superior à QDC, a Vendedora não poderá, sob nenhuma hipótese, alterar a QDP para valor inferior à QDC.
- 3.2.3. A Quantidade Diária Programada (QDP) deverá ser confirmada pela Vendedora, no Dia anterior ao Dia do fornecimento, mediante envio de Notificação à Compradora, até as 15:00h (quinze horas).
- 3.2.3.1. A QDP deverá ser utilizada para fins de nominação junto ao Transportador para o Dia do fornecimento, sendo certo que a Compradora deverá informar à Vendedora o(s) Ponto(s) de Saída para formação do par ordenado junto ao Transportador.
- 3.2.3.2. Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a efetivação da QDP em determinado Dia, a Vendedora enviará Notificação comunicando o fato à Compradora, tão logo quanto possível, sem que tal Notificação descaracterize a Falha no Fornecimento, excetuadas as hipóteses de Caso Fortuito ou Força Maior ou restrições no Sistema de Transporte que não decorram de atos ou omissões da Vendedora ou do Agente a Montante.
- 3.2.3.3. A Compradora poderá requisitar a alteração da QDS para determinado Dia até as 11:00h (onze horas) do Dia de fornecimento mediante envio de Notificação à Vendedora, sendo certo que, a conversão da nova QDS em QDP estará condicionada ao aceite pela Vendedora até às 13:30h (treze horas e trinta minutos).
- 3.2.3.4. Caso a Vendedora não se manifeste, fica desde já determinado como QDP a última confirmada pela Vendedora nos termos do item 3.2.3 acima.
- 3.3. Para fins de apuração da Quantidade Diária Disponibilizada (QDD), será aplicada a seguinte fórmula:

$$QDD = QDP - \text{Max} (Q_{\text{Falha\_Prog\_Compradora}} ; Q_{N_{PF}})$$

Onde:

- i. "QDD" significa a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD), expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;



**Apêndice 2 - Condições Específicas da Disponibilização do Gás na Entrada do Transporte**

- ii. "QDP" significa a Quantidade Diária Programada (QDP), expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- iii. " $Q_{Falha\_Prog\_Compradora}$ " significa a Quantidade de Falha de Programação da Compradora, expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência; e
- iv. " $Q_{N_{PE}}$ " significa a Quantidade de Gás não disponibilizada pela Vendedora, no Ponto de Entrega, expressa em m<sup>3</sup> na Condição de Referência.

3.3.1. Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais e/ou restrições no Sistema de Transporte que restrinjam a disponibilização da Quantidade Diária Programada (QDP) no Ponto de Entrega em determinado Dia, por razões não imputáveis às Partes ou ao Agente à Montante, devidamente comprovada, a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) deverá considerar as informações contidas no relatório enviado pelo Transportador, sendo certo que tal restrição não caracterizará Falha no Fornecimento ou Falha de Programação da Compradora, conforme aplicável.

3.3.2. A Parte que tenha deixado de disponibilizar ou retirar a Quantidade de Gás, conforme aplicável, em função dos problemas operacionais e/ou restrições no Sistema de Transporte deverá buscar a responsabilização do Transportador, observadas as condições e limites impostos nos Contratos de Transporte. Dos valores eventualmente pagos pelo Transportador deverão ser deduzidos os custos incorridos com a responsabilização e cobrança e o montante líquido de tributos deverá ser destinado à outra Parte.

3.4. [A alocação da Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) em determinado Dia será proporcional a Quantidade Diária Programada (QDP) em cada modalidade contratual.]

**4. PONTOS DE ENTREGA**

4.1. A Quantidade de Gás objeto da transferência de propriedade do Gás será sempre a QDD, calculada conforme item 3.3, observado o disposto no item 3.4 deste Apêndice.

**5. MEDIÇÃO**

5.1. As Partes reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis aos Sistemas de Medição e às condições de entrega do Gás estão estabelecidas nos Contratos de Transporte, devendo para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste Apêndice. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela Vendedora em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do Transportador, as Partes concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos Contratos de Transporte.

**6. PENALIDADES**

6.1. Caso, em determinado Dia, a Compradora não nomeie e/ou o Transportador não programe por razões imputáveis à Compradora, na saída do transporte, uma Quantidade de Gás idêntica à QDP estabelecida de acordo com o item 3 deste Apêndice, a Compradora pagará, além do faturamento regular, um encargo adicional calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$E_{Falha\_Prog\_Compradora} = Q_{Falha\_Prog\_Compradora} \times 30\% \times PG \times FC, \text{ sendo:}$$

$$Q_{Falha\_Prog\_Compradora} = \text{Max}(0; QDP - QDN_5)$$

Onde:

## Apêndice 2 - Condições Específicas da Disponibilização do Gás na Entrada do Transporte

- i. " $E_{Falha\ Prog\ Compradora}$ " significa o valor do encargo diário por Falha de Programação, conforme fórmula acima;
- ii. " $Q_{Falha\ Prog\ Compradora}$ " significa a Quantidade de Falha de Programação da Compradora, para determinado Dia, expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- iii. " $QDP$ " significa a Quantidade Diária Programada (QDP), em determinado Dia, expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- iv. " $QDN_s$ " significa a Quantidade Diária Nominada (QDN) na saída do transporte pela Compradora, expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- v. " $PG$ " significa o Preço do Gás, vigente no Dia em que ocorreu a Falha de Programação, expresso em R\$/MMBtu, com Arredondamento na quarta casa decimal; e
- vi. " $FC$ " significa o Fator de Conversão, de  $m^3$  para MMBTU, correspondente a 0,03730216.

6.1.1. Sem prejuízo do pagamento do VIR nos termos da cláusula 19ª do Contrato, nas hipóteses aplicáveis, a penalidade estabelecida no item 6.1 acima é o único valor aplicável em caso de Falha de Programação, nas Notificações de Confirmação objeto do Contrato e deste Apêndice. Nenhum outro valor, relativo à respectiva Falha de Programação, será devido pela Compradora, mesmo que as perdas e danos incorridos pela Vendedora tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

6.1.2. O pagamento da penalidade a que se refere o item 6.1 não gerará qualquer crédito para a Compradora.

6.1.3. Todo volume de Gás não programado em razão de Falha de Programação deverá ser descontado do cálculo dos compromissos de fornecimento previsto no item 1.3 deste Apêndice.

6.2. No caso de Falha no Fornecimento, em determinado Dia, no Ponto de Entrega, a Vendedora pagará à Compradora uma penalidade calculada de acordo com as seguintes fórmulas:

$$P_{FF(Dia)} = QN_{FF} \times 30\% \times PG \times FC, \text{ sendo:}$$

$$QN_{FF} = \text{Max}(0; QDP - QDA)$$

Onde:

- i. " $QN_{FF}$ " significa a Quantidade de Gás não disponibilizada pela Vendedora conforme fórmula abaixo, no Ponto de Entrega, expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- ii. " $QDP$ " significa a Quantidade Diária Programada (QDP), em determinado Dia, expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- iii. " $QDA$ " significa a Quantidade Diária Alocada (QDA) na entrada do transporte para a Vendedora, expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- iv. " $P_{FF(Dia)}$ " significa o valor da penalidade diária por Falha no Fornecimento, caso positiva;
- v. " $PG$ " significa o Preço do Gás, vigente no Dia em que ocorreu a Falha no Fornecimento, expresso em R\$/MMBtu, com Arredondamento na quarta casa decimal; e
- vi. " $FC$ " significa o Fator de Conversão, de  $m^3$  para MMBTU, correspondente a 0,03730216.



**Apêndice 2 - Condições Específicas da Disponibilização do Gás na Entrada do Transporte**

6.2.1. Sem prejuízo do pagamento do VIR nos termos da cláusula 19ª do Contrato, nas hipóteses aplicáveis, a penalidade estabelecida no item 6.2.1 acima é o único valor aplicável à Vendedora em caso de Falha de Fornecimento. Nenhum outro valor, relativo à quantidade não disponibilizada, compensatório ou não compensatório, será devido pela Vendedora, mesmo que as perdas e danos, diretos ou indiretos, incorridos pela Compradora tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

6.3. Todo volume de Gás não entregue em razão de Falha no Fornecimento deverá ser descontado do cálculo dos compromissos de retirada previstos nos itens 1.1 e 1.2 deste Apêndice.

**7. DISPOSIÇÕES GERAIS**

7.1. Havendo alteração no(s) Contrato(s) de Transporte que deva ser refletida nos termos e condições deste Apêndice, garantindo efeitos ao longo de sua vigência, as Partes se comprometem a, de boa-fé, realizar os ajustes necessários no presente Apêndice para refletir a referida alteração do(s) Contrato(s) de Transporte, a qual será implementada para garantir que o presente Apêndice não tenha uma prática descasada, ou mesmo contrária, à dinâmica presente no Contrato(s) de Transporte.

7.2. As Partes aceitam e reconhecem que, uma vez atendidos os requisitos do item 7.1 acima, estarão obrigadas a formalizar termo aditivo ao Contrato para alteração do presente Apêndice, o qual será consolidado para incluir a referida alteração.

### APÊNDICE 3 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA DISPONIBILIZAÇÃO DO GÁS NA SAÍDA DO TRANSPORTE

Os termos e condições estabelecidos neste Apêndice são adicionais e complementares às disposições dos Contrato e seus Anexos.

#### 1. COMPROMISSOS

1.1. **Encargo de Capacidade.** Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de Gás por Falha no Fornecimento ou Paradas Programadas, a Compradora obriga-se a adquirir e utilizar e, mesmo que não utilize, pagar à Vendedora, a título de Encargo de Capacidade, conforme item 2.2, um custo associado à reserva de capacidade de transporte que seja igual ao percentual Y% definido nas Notificações de Confirmação da Quantidade Diária Contratada (QDC) ou da Quantidade Diária Programada (QDP), conforme o caso.

1.1.1. A apuração da Capacidade Não Utilizada (CNU), para verificação do cumprimento da obrigação do Encargo de Capacidade (EC) pela Compradora, será calculada conforme a(s) seguinte(s) fórmula(s):

Para apuração em base diária:

$$CNU = \sum_{j=1}^M (Max(Y\% \times QDC; QDP)) - (QN_{PP} + QN_{FF} + QN_{FM}) - (QDR)$$

Para apuração em base mensal:

$$CNU = \left( \sum_{j=1}^M Max(Y\% \times QDC; QDP) \right) - \left( \sum_{j=1}^M QN_{PP} + QN_{FF} + QN_{FM} \right) - \left( \sum_{j=1}^M QDR \right)$$

Onde:

- i. "CNU" significa a Quantidade de Gás referente à Capacidade Não Utilizada (CNU), expressa em m³ na Condição de Referência;
- ii. "QDC" significa a Quantidade Diária Contratada (QDC), expressa em m³ na Condição de Referência;
- iii. "QDR" significa a Quantidade Diária Retirada (QDR), expressa em m³ na Condição de Referência;
- iv. "QN<sub>FF</sub>" significa a Quantidade de Gás não disponibilizada decorrente de Falha no Fornecimento, expressa em m³ na Condição de Referência;
- v. "QN<sub>FM</sub>" significa a Quantidade de Gás não disponibilizada decorrente de Caso Fortuito ou Força Maior, expressa em m³ na Condição de Referência;
- vi. "QN<sub>PP</sub>" significa Quantidade de Gás não retirada em decorrência de Paradas Programadas, expressa em m³ na Condição de Referência;
- vii. "Y%" significa o percentual de Ship or Pay (SoP) a ser definido nas Notificações de Confirmação;
- viii. "M" significa o número de Dias do correspondente Mês; e
- ix. "j" significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês.



### Apêndice 3 - VS.C0: Condições Específicas com contratação de Saída no Transporte pela Vendedora

- 1.1.2. Caso em determinado Mês seja identificada a existência de Capacidades Não Utilizadas (CNU), na forma do item 1.1.1 acima, a Compradora deverá pagar à Vendedora o montante previsto conforme item 3.2, correspondente ao Encargo de Capacidade, sem prejuízo do disposto no item 2.1.

1.2. **Take or Pay (ToP).** Ressalvadas as situações de não recebimento de Gás por Falha no Fornecimento ou Caso Fortuito ou Força Maior de qualquer Parte, a Compradora obriga-se a, adquirir e retirar e, mesmo que não retire, pagar à Vendedora, a título de Take or Pay (ToP), conforme item 2.2 deste Apêndice, uma Quantidade de Gás que, seja igual ao percentual definido nas Notificações de Confirmação da Quantidade Diária Contratada (QDC) ou da Quantidade Diária Programada (QDP), conforme o caso.

- 1.2.1. A apuração de Quantidade Não Retirada (QNR), para verificação do cumprimento da obrigação do compromisso de Take or Pay (ToP) pela Compradora, será calculada conforme a(s) seguinte(s) fórmula(s):

Para apuração em base diária:

$$QNR_{ToP} = \sum_{j=1}^M (Max(X\% \times QDC; QDP)) - (QN_{PP} + QN_{FF} + QN_{FM}) - (QDR)$$

Para apuração em base mensal:

$$QNR_{ToP} = \left( X\% \times \sum_{j=1}^M QDC \right) - \left( \sum_{j=1}^M QN_{PP} + QN_{FF} + QN_{FM} \right) - \left( \sum_{j=1}^M QDR \right)$$

Onde:

- i. " $QNR_{ToP}$ " significa a Quantidade Não Retirada de Gás, para fins de Take or Pay (ToP), expressa em  $m^3$  na Condição de Referência, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- ii. " $QDC$ " significa a Quantidade Diária Contratada (QDC), expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- iii. " $QDP$ " significa a Quantidade Diária Programada (QDP), expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- iv. " $QN_{PP}$ " significa Quantidade de Gás não retirada em decorrência de Paradas Programadas, expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- v. " $QN_{FF}$ " significa a Quantidade de Gás não disponibilizada decorrente de Falha no Fornecimento, expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- vi. " $QN_{FM}$ " significa a Quantidade de Gás não disponibilizada decorrente de Caso Fortuito ou Força Maior, expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- vii. " $QDR$ " significa a Quantidade Diária Retirada (QDR), expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- viii. " $X\%$ " significa o percentual de Take or Pay (ToP) a ser definido nas Notificações de Confirmação;
- ix. " $M$ " significa o número de Dias do correspondente Mês ou Ano, conforme aplicável; e
- x. " $j$ " significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês ou Ano, conforme aplicável.

**Apêndice 3 - VS.C0: Condições Específicas com contratação de Saída no Transporte pela Vendedora**

- 1.2.2. Caso em determinado Dia seja identificada a existência de Quantidades Não Retiradas (QNR), na forma do item 1.2.1 acima, a Compradora deverá pagar à Vendedora o montante previsto, conforme item 3.3 deste Apêndice, correspondente ao Take or Pay (ToP), sem prejuízo do disposto no item 2.1.

**2. PREÇO**

2.1. Caso em determinado Dia, a Quantidade Diária Retirada (QDR) seja superior a 105% (cento e cinco por cento) da Quantidade Diária Programada (QDP), a Quantidade de Gás que ultrapassar esse limite será faturada com base no Preço do Gás de Ultrapassagem (PGU), conforme fórmula abaixo e com base nas fórmulas estabelecidas no item 3.1.

$$PGU_{>105\%} = (200\% \times PM) + PT$$

Onde:

- i. "PGU" significa o Preço do Gás de Ultrapassagem (PGU), calculado conforme fórmula acima;
- ii. "PM" significa a Parcela de Molécula (PM), em R\$/MMBtu, indicada na Notificação de Confirmação; e
- iii. "PT" significa a Parcela de Transporte, em R\$/MMBtu, indicada na Notificação de Confirmação.

2.2. Caso em determinado Dia, a Vendedora aceite uma Quantidade Diária Solicitada (QDS) superior à Quantidade Diária Contratada (QDC), apenas a Quantidade de Gás retirada que ultrapassar 105% (cento e cinco por cento) da Quantidade Diária Programada (QDP), será faturada com base no Preço do Gás de Ultrapassagem (PGU).

2.3. Caso em determinado Dia, o Agente a Jusante informe ao Transportador como Quantidade Diária Alocada por carregador de saída Quantidades de Gás distintas da alocação pro rata realizada pelo Transportador no Ponto de Saída considerando a Quantidade Diária Programada (QDP), o Preço do Gás de Ultrapassagem (PGU) aplicável à parcela que superar os 105% da QDP será majorado, conforme fórmula abaixo e com base nas fórmulas estabelecidas no item 3.1.

$$PGU_{>105\%} = (250\% \times PM) + PT$$

Onde:

- i. "PGU" significa o Preço do Gás de Ultrapassagem (PGU), calculado conforme fórmula acima;
- ii. "PM" significa a Parcela de Molécula, indicada na Notificação de Confirmação;
- iii. "PT" significa a Parcela de Transporte, indicada na Notificação de Confirmação.

**3. FATURAMENTO E PAGAMENTO**

3.1. **Faturamento Regular do Gás.** Para cada fornecimento de Gás formalizado através das Notificações de Confirmação em um dado Mês, o valor do faturamento regular será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$FAT = (QDR \times PG \times FC) + (QDRU \times PGU \times FC)$$

Onde:

- i. "FAT" significa o valor do faturamento regular pelo fornecimento do Gás, a ser pago pela Compradora, na forma prevista do Contrato e deste Apêndice;
- ii. "PG" significa o Preço do Gás, expresso em R\$/MMBtu, previsto na Notificação de Confirmação, acrescido dos Tributos aplicáveis;



**Apêndice 3 - VS.C0: Condições Específicas com contratação de Saída no Transporte pela Vendedora**

- iii. “*PGU*” significa o Preço do Gás de Ultrapassagem (PGU), expresso em R\$/MMBTU, acrescido dos Tributos aplicáveis;
- iv. “*QDR*” significa a Quantidade Diária Retirada no Dia no Ponto de Entrega, até o limite de 105% (cento e cinco por cento) da Quantidade Diária Contratada (QDC) ou da Quantidade Diária Programada (QDP), conforme o caso, expressa em m³ na Condição de Referência;
- v. “*QDRU*” é a Quantidade Diária Retirada no Dia no Ponto de Entrega, acima do volume de 105% (cento e cinco por cento) da Quantidade Diária Contratada (QDC) ou da Quantidade Diária Programada (QDP), conforme o caso, expressa em m³ na Condição de Referência; e
- vi. “*FC*” significa o Fator de Conversão, de m³ para MMBTU, correspondente a 0,03730216.

3.2. **Encargo de Capacidade.** O valor do Encargo de Capacidade devido pela Compradora à Vendedora, exclusivamente, em razão dos custos fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do Gás disponibilizada à Compradora, caso seja verificada Capacidade Não Utilizada (CNU) em determinada Notificação de Confirmação, na forma do item 1.1.1, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{EC} = (CNU \times PT_i \times FC)$$

Onde:

- i. “*FAT<sub>EC</sub>*” significa o valor a ser pago de Encargo de Capacidade pela Compradora à Vendedora;
- ii. “*CNU*” significa a Quantidade de Gás referente à Capacidade Não Utilizada (CNU);
- iii. “*PT<sub>i</sub>*” significa a Parcela de Transporte (PT), prevista na respectiva Notificação de Confirmação, acrescida dos Tributos aplicáveis;
- iv. “*FC*” significa o Fator de Conversão, de m³ para MMBTU, correspondente a 0,03730216.

3.2.1. Será emitido Documento de Cobrança referente ao Encargo de Capacidade (EC) devido pela Compradora, no qual serão incluídos os Tributos devidos.

3.2.2. A Compradora não fará jus a nenhum tipo de recuperação e/ou crédito pelo pagamento à Vendedora do Encargo de Capacidade (EC).

3.3. **Take or Pay.** O valor a ser pago a título de Take or Pay (ToP) pela Compradora à Vendedora caso seja apurada Quantidade Não Retirada (QNR) em determinada Notificação de Confirmação em um dado Mês, na forma do item 1.2 deste Apêndice, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{ToP} = \sum_{i=1}^{NC} (PM_i \times \sum_{j=1}^M QNR_{ToP} \times FC)$$

Onde:

- i. “*FAT<sub>ToP</sub>*” significa o valor a ser pago pela Compradora à Vendedora, em razão do não cumprimento do compromisso de Take or Pay (ToP);
- ii. “*QNR<sub>ToP</sub>*” significa a Quantidade Não Retirada (QNR) em determinada Notificação de Confirmação, expressa em m³ na Condição de Referência, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;

**Apêndice 3 - VS.C0: Condições Específicas com contratação de Saída no Transporte pela Vendedora**

- iii. " $PM_i$ " significa a Parcela da Molécula (PM) prevista em cada Notificação de Confirmação com Transação realizada no respectivo Mês, expressa em R\$/MMBTU, previsto na Notificação de Confirmação, com Arredondamento na quarta casa decimal;
- iv. " $FC$ " significa o Fator de Conversão, de  $m^3$  para MMBTU, correspondente a 0,03730216.
- v. " $M$ " significa o número de Dias do correspondente Mês;
- vi. " $i$ " significa cada Notificação de Confirmação com Transação realizada no respectivo Mês; e
- vii. " $j$ " significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês.

3.3.1. Será emitido Documento de Cobrança referente ao Take or Pay (ToP) devido pela Compradora, no qual serão incluídos os Tributos devidos.

3.3.2. A Compradora não fará jus a nenhum tipo de recuperação e/ou crédito pelo pagamento à Vendedora do Take or Pay (ToP).

**4. PROGRAMAÇÃO E ALOCAÇÃO**

4.1. Para Transações cujo Período de Fornecimento seja inferior ou igual a 1 (um) Mês, a não ser que de outra forma seja acordado entre as Partes na Notificação de Confirmação, as Partes acordam que a Quantidade Diária Contratada (QDC) estabelecida nas Notificações de Confirmação deverão ser consideradas para fins de nominação junto ao Transportador para o Dia de fornecimento.

4.2. Para Transações cujo Período de Fornecimento seja superior a 1 (um) Mês, a não ser que de outra forma seja acordado entre as Partes na Notificação de Confirmação, serão observadas as seguintes condições:

4.2.1. A Compradora enviará mensalmente à Vendedora, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência ao início de cada Mês, Notificação contendo a Quantidade Diária Solicitada (QDS) para cada Dia do Mês em referência e para os 02 (dois) Meses subsequentes, por Ponto de Entrega, e considerando a obrigação da Vendedora de aceite da QDS como QDP até o limite da QDC, salvo em situações de Parada Programada e/ou Caso Fortuito ou Força Maior da Vendedora.

4.2.1.1. Para o primeiro Mês, a Notificação de que trata o item 4.2.1 acima será enviada em até 10 (dez) Dias de antecedência ao Início de Fornecimento.

4.2.2. A Compradora poderá solicitar alteração das Quantidades Diárias Solicitadas (QDS) à Vendedora até às 11:00 (onze horas) do Dia anterior ao Dia do fornecimento. A não comunicação implicará o estabelecimento da Quantidade Diária Programada (QDP) considerando as últimas QDS válida informada como referência, nos termos do item 4.2.1 acima.

4.2.2.1. Caso a Compradora solicite QDS acima da QDC, a Vendedora poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou recusar, de forma integral ou parcial. Caso a Vendedora não confirme os valores de QDS solicitados acima da QDC como QDP, fica desde já determinado que tal recusa não configurará Falha de Fornecimento. Ao revisar a QDP em virtude de pedido de QDS superior à QDC, a Vendedora não poderá, sob nenhuma hipótese, alterar a QDP para valor inferior à QDC.

4.2.3. De acordo com as Quantidade Diária Solicitada (QDS) pela Compradora, a Vendedora efetuará a programação do Gás, indicando a Quantidade Diária Programada (QDP).



**Apêndice 3 - VS.C0: Condições Específicas com contratação de Saída no Transporte pela Vendedora**

- 4.2.4. A Quantidade Diária Programada (QDP) deverá ser confirmada pela Vendedora, no Dia anterior ao Dia do fornecimento, mediante envio de Notificação à Compradora, até as 15:00h (quinze horas).
- 4.2.4.1. A QDP deverá ser utilizada para fins de nominação junto ao Transportador para o Dia do fornecimento.
- 4.2.4.2. Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a efetivação da QDP em determinado Dia, a Vendedora enviará Notificação comunicando o fato à Compradora, tão logo quanto possível, sem que tal Notificação descaracterize a Falha no Fornecimento, excetuadas as hipóteses de Caso Fortuito ou Força Maior ou restrições no Sistema de Transporte.
- 4.2.5. A Compradora poderá requisitar a alteração da QDS para determinado Dia até as 11:00h (onze horas) do Dia de fornecimento mediante envio de Notificação à Vendedora, sendo certo que, a conversão da nova QDS em QDP estará condicionada ao aceite pela Vendedora até às 13:30h (treze horas e trinta minutos).
- 4.2.6. Caso a Vendedora não se manifeste, fica desde já determinado como QDP a última confirmada pela Vendedora nos termos do item 4.2.4 acima.
- 4.3. Sempre que possível, a Vendedora adotará os seguintes critérios para definição da Quantidade Diária Disponibilizada (QDD):
- a) Quando se registrar em determinado Ponto de Entrega, durante todo o Dia, Pressões de Fornecimento maiores ou iguais à Pressão Mínima de Fornecimento e não houver restrições no fornecimento de Gás Notificadas pela Vendedora à Compradora, a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) será a maior entre:
- (a.1) a soma das Quantidades Diárias Programadas (QDP); ou
- (a.2) a soma das Quantidades Diárias Retiradas (QDR).
- b) Quando se registrar em determinado Ponto de Entrega, durante todo o Dia, Pressões de Fornecimento menores que a Pressão Mínima de Fornecimento ou quando houver restrição no fornecimento de Gás Notificada pela Vendedora à Compradora, a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) será igual à soma das Quantidades Diárias Retiradas (QDR).
- c) Caso a Compradora opte por receber qualquer Quantidade de Gás Desconforme, a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) será a maior entre:
- (c.1) a nova Quantidade Diária Programada (QDP) Notificada pela Compradora; ou
- (c.2) a Quantidade Diária Retirada (QDR).
- d) Para a apuração da Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) aplica-se o disposto no item 4.3a), nas situações em que houver queda de pressão abaixo da Pressão Mínima de Fornecimento:
- (d.1) pelo fato de a Compradora ou qualquer usuário do Gás, apontado pela Transportadora, ter sido parte determinante para tal ocorrência;
- (d.2) para realização da atividade de Calibração do Sistema de Medição e dos equipamentos de segurança e controle, no Ponto de Entrega, em que sejam atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: (1ª) a Compradora tenha sido notificada previamente sobre a realização da Calibração; (2ª) a queda de pressão não exceda a 15 (quinze) minutos; e (3ª) não haja prejuízo efetivo e comprovado ao consumo do Gás.

**Apêndice 3 - VS.C0: Condições Específicas com contratação de Saída no Transporte pela Vendedora**

4.4. As Partes reconhecem que a entrega do Gás pela Vendedora e a retirada do Gás pela Compradora ocorrerá através do Sistema de Transporte, operado por agentes independentes e que, portanto, as disposições deste item 4 deste APÊNDICE 3 poderão ser revistas em caso de alteração das regras operacionais vigentes.

4.5. A alocação da Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) em determinado Dia será proporcional a Quantidade Diária Programada (QDP) em cada modalidade contratual.

**5. CONDIÇÕES DE ENTREGA**

5.1. O Gás será disponibilizado pela Vendedora à Compradora nos Pontos de Entrega, atendendo às Condições de Entrega que estão definidas no Contrato de Transporte.

5.2. As Pressões de Fornecimento são as estabelecidas no Contrato de Transporte.

5.3. A Pressão de Fornecimento não poderá exceder em nenhuma hipótese a Pressão Limite de Fornecimento.

5.3.1. Ocorrendo falhas nos equipamentos de regulação de pressão da Estação de Entrega, a Pressão de Fornecimento poderá ser superior à Pressão Máxima de Fornecimento, pelo prazo necessário para o acionamento da válvula de bloqueio automático (*shut-off*), ou correção da falha, o que ocorrer primeiro, sendo o limite da Pressão de Fornecimento, nestas condições, a Pressão Limite de Fornecimento.

5.3.2. A Compradora confirma que suas linhas diretamente ligadas aos Pontos de Entrega estão aptas, homologadas e licenciadas para suportar pressões até o valor definido na Pressão Limite de Fornecimento, conforme definem as normas nacionais e internacionais de gasodutos.

5.3.3. Na eventualidade da Pressão Limite de Fornecimento das linhas da Compradora sofrerem alguma alteração, a Compradora deverá enviar imediatamente Notificação à Vendedora. Nesse caso, a Vendedora poderá unilateralmente considerar condições diversas das regidas por esta cláusula para a entrega do Gás até que seja negociado um termo aditivo que definirá as novas Condições de Entrega.

5.3.4. Nas hipóteses em que a Pressão de Fornecimento seja superior à Pressão Máxima de Fornecimento e inferior à Pressão Limite de Fornecimento, a Compradora será responsável por qualquer dano ou prejuízo causado aos seus equipamentos, em decorrência do fornecimento de Gás em pressão superior à Pressão Máxima de Fornecimento.

5.3.5. Nas hipóteses em que a Pressão de Fornecimento seja superior à Pressão Limite de Fornecimento, a Vendedora será responsável pelos danos diretos, excluindo-se os danos indiretos e lucros cessantes, comprovadamente causados aos equipamentos da Compradora, em decorrência do fornecimento de Gás acima da Pressão Limite de Fornecimento.

5.3.6. Em situações de contingência, a Compradora deverá enviar Notificação à Vendedora informando a respeito desta ocorrência.

5.4. As vazões de fornecimento e as Quantidades Diárias Máximas Contratada (QDM) por Ponto de Entrega são as estabelecidas no Contrato de Transporte.



**Apêndice 3 - VS.C0: Condições Específicas com contratação de Saída no Transporte pela Vendedora**

- 5.4.1. A Vazão Máxima Instantânea, expressa em m<sup>3</sup>/h (Metro Cúbico por hora), em cada Ponto de Entrega, será igual à menor entre as seguintes: (i) 110% (cento e dez por cento) da QDP em cada Ponto de Entrega, conforme expresso no Contrato de Transporte, dividida por 24 (vinte e quatro) horas; ou (ii) a vazão máxima do Ponto de Entrega, nas Condições de Referência, conforme definido no Contrato de Transporte, dividida por 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.4.2. A Vazão Mínima Instantânea, expressa em m<sup>3</sup>/h (Metro Cúbico por hora), em cada Ponto de Entrega, será igual a 1/24 (um vinte e quatro avos) da Vazão Mínima.
- 5.5. Caso a Vendedora constata efetivo risco à segurança operacional do Sistema de Transporte, emitirá Notificação à Compradora informando tal fato e os seus impactos no fornecimento do Gás, e providenciará, junto à empresa transportadora correspondente, a implementação de ações corretivas com o objetivo de estabilizar o sistema de transporte, até que as Condições de Entrega sejam alteradas por meio de aditivo.
- 5.6. Na medida em que a Vendedora, em qualquer Dia, entender que poderá não entregar as quantidades de Gás programadas para seus clientes, devido a retiradas, nos Pontos de Entrega, acima dos limites de Vazão Máxima Instantânea, a Vendedora terá, a seu exclusivo critério, o direito de: (a) instalar dispositivo de limitação de vazão de modo a garantir a Vazão Máxima Instantânea nos Pontos de Entrega onde há o descumprimento desse limite; (b) reduzir a entrega de Gás; e (c) cobrar o valor dos desembolsos incorridos em função de retiradas de gás pela compradora acima dos limites de vazão máxima instantânea, desde que devidamente comprovados.
- 5.7. Nas hipóteses em que as retiradas de Gás da Compradora impliquem em vazões diferentes do intervalo compreendido entre a Vazão Mínima Instantânea a Vazão Máxima Instantânea, a Compradora será responsável por essa não-conformidade e pelos eventuais danos diretos na Estação de Entrega, excluindo-se os danos indiretos e lucros cessantes, comprovadamente causados à Vendedora e/ou à transportadora por ela contratada.
- 5.8. Caso sejam necessárias alterações nas Condições de Entrega, oriundas comprovadamente de riscos operacionais do sistema, de determinação de órgãos ambientais ou de órgãos reguladores, as Partes deverão imediatamente renegociar as Condições de Entrega. As Condições de Entrega somente poderão ser alteradas por meio de aditivo ao presente Apêndice.

**6. MEDIÇÃO**

- 6.1. As Partes concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades – SI, exceto onde indicado.
- 6.2. A Quantidade Medida (QM) e a Quantidade Diária Retirada (QDR) serão expressas com Arredondamento para número inteiro.
- 6.3. A unidade de medida de volume será o Metro Cúbico nas Condições de Referência.
- 6.4. Para fins de cálculo da Quantidade Medida (QM) no Sistema de Medição, a pressão atmosférica será baseada nas coordenadas geográficas dos Pontos de Entrega.
- 6.5. Fica estabelecido que a medição será realizada no Sistema de Medição de propriedade do Transportador, localizado a montante do Ponto de Entrega definido na Notificação de Confirmação.
- 6.6. Para a determinação da Quantidade Diária Retirada (QDR), a Quantidade Medida (QM) será multiplicada pela divisão do Poder Calorífico Superior (PCS) médio diário do Gás no respectivo Dia no Ponto de Entrega pelo Poder Calorífico de Referência (PCR) de acordo com a seguinte fórmula:

$$QDR = QM \times \frac{PCS}{PCR}$$

**Apêndice 3 - VS.C0: Condições Específicas com contratação de Saída no Transporte pela Vendedora**

$$f_{cPC} = \frac{PCS_m}{PCR}$$

Onde:

- i. "QDR" significa a Quantidade Diária Retirada expressa em m<sup>3</sup> nas Condições de Referência;
- ii. "QM" significa a Quantidade Medida expressa em m<sup>3</sup> nas Condições de Referência;
- iii. "f<sub>cPC</sub>" significa o fator de correção do poder calorífico do Gás, com Arredondamento na quarta casa decimal;
- iv. "PCS<sub>m</sub>" significa o Poder Calorífico Superior médio do referido Dia, arredondado até o primeiro algarismo inteiro; e
- v. "PCR" significa o Poder Calorífico de Referência.

6.7. Qualquer controvérsia relacionada a esta cláusula será resolvida conforme cláusula 24ª do Contrato.

6.8. As Partes desde já acordam que, em caso de mudança nas regras de medição e alocação do Sistema de Transporte, ajustarão esta cláusula 6ª deste Apêndice por meio da celebração de aditivo contratual.

**7. QUALIDADE DO GÁS**

7.1. Sempre que a Vendedora tiver ciência da possibilidade de o Gás vir a ser fornecido no Ponto de Entrega em desconformidade, parcial ou total, com as especificações estipuladas na Resolução ANP 16, de 17 de junho de 2008, as seguintes regras serão aplicadas:

- a) a Vendedora deverá enviar Notificação à Compradora, imediatamente após identificada a não conformidade do Gás em relação a qualquer das especificações mencionadas nesta cláusula, informando a desconformidade esperada no Gás e indicando quais seriam os prováveis: i) itens desconformes; ii) desvios de qualidade; iii) período em que o Gás estará desconforme; e iv) Pontos de Entrega afetados;
- b) após o recebimento da Notificação de que trata o item 7.1.a), a Compradora deverá notificar, tão prontamente quanto possível, se aceita ou não receber Gás fora de especificação. Caso a Compradora se manifeste pelo não recebimento do Gás fora de especificação, a Quantidade de Gás programada será reduzida a zero durante o período em que perdurar a desconformidade, sendo responsabilidade da Compradora a interrupção da retirada de Gás no Ponto de Entrega;
- c) caso a Compradora opte por receber o Gás fora de especificação, esta deverá notificar à Vendedora qual a Quantidade de Gás fora de especificação que deseja receber. Essa quantidade de Gás será considerada como a nova Quantidade Diária Programada (QDP). Caso a Compradora não se manifeste no prazo máximo de 3 (três) horas contadas do horário de recebimento da Notificação de que trata o item 7.1.a), será considerado como opção da Compradora de receber o Gás fora de especificação. Nestes casos, a Compradora fará jus a um desconto proporcional de 5% (cinco por cento) sobre a Parcela da Molécula (PM).
- d) caso a Compradora decida não receber o Gás fora de especificação e, de fato, não retire o referido Gás, estará caracterizada a Falha no Fornecimento, tomando-se por base a Quantidade Faltante e o período em que perdurar a desconformidade do Gás, ficando a Vendedora sujeita, única e exclusivamente, à penalidade prevista no item 8.6.1;



### Apêndice 3 - VS.C0: Condições Específicas com contratação de Saída no Transporte pela Vendedora

- e) caso a Compradora tenha informado que rejeitaria o Gás fora de especificação, mas, a despeito disto, o Gás tenha sido retirado no Ponto de Entrega, a Compradora fará jus aos descontos no Preço do Gás indicado no item 7.1.c) durante o período em que perdurar a desconformidade e estará descaracterizada a Falha no Fornecimento para a Quantidade de Gás efetivamente retirada, ficando a Vendedora isenta de quaisquer penalidades pela desconformidade informada e de quaisquer responsabilidades por perdas e danos causados aos equipamentos e instalações da Compradora e/ou de terceiros, bem como de quaisquer responsabilidades decorrentes do uso do Gás fora das especificações. A Compradora permanecerá obrigada a pagar pelas Quantidades Diárias Retiradas (QDR) e pelas penalidades previstas no item 8.1, caso aplicáveis.

7.2. Caso a Vendedora entregue Gás fora de especificação, sem envio da Notificação prevista no item 7.1.a), ficará a Vendedora sujeita à penalidade prevista no item 8.6.2, sobre toda a Quantidade de Gás em desconformidade, desde o momento em que passou a ser fornecido Gás desconforme nos Pontos de Entrega, até o momento do registro de manifestação por parte da Compradora ou da Vendedora, por meio de Notificação, exceto nos casos da desconformidade do Gás tratar-se da presença de partículas líquidas ou sólidas, quando deverá ser observado o disposto no item 7.4, para fins de esclarecimento a Compradora deverá enviar Notificação à Vendedora, imediatamente após identificada a possível suspeita de não conformidade do Gás.

7.3. A Quantidade de Gás desconforme, para fins do item 7.1. c), será aquela que tenha sido retirada pela Compradora entre a primeira análise em que se identificou a desconformidade até a primeira análise em que se identificou a volta à conformidade.

7.4. A determinação da Qualidade do Gás será efetuada pela Vendedora através de instrumentos adequados para esta finalidade.

7.4.1. A determinação do Poder Calorífico Superior (PCS) nas Condições de Referência, será efetuada por cálculo, conforme a norma ISO 6976:2016, ou a que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

7.4.2. A Vendedora deverá encaminhar à Compradora cópia do Boletim de Conformidade, conforme artigo 6º da Resolução ANP nº 16 de 17 de junho de 2008, associado pelo Transportador a cada Ponto de Entrega, comprovando a Qualidade do Gás entregue.

## 8. PENALIDADES

8.1. A Compradora compromete-se a adquirir e retirar diariamente a Quantidade Diária Programada (QDP) para o correspondente Dia, sujeitando-se, em caso de não cumprimento, às penalidades estipuladas nos itens 8.1.1 e 8.1.2.

8.1.1. **Penalidade por retirada menor que a Quantidade Diária Programada (QDP).** Caso, em determinado Dia, por Ponto de Entrega, a Quantidade Diária Retirada (QDR) seja inferior a 95% (noventa e cinco por cento) da Quantidade Diária Programada (QDP) para o correspondente Ponto de Entrega, a Compradora pagará, além do faturamento normal, uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{RMENOR(Dia)} = ((0,95 \times QDP - QDR) \times (2 \times PT))$$

Onde:

- i. " $P_{RMENOR(Dia)}$ " significa o valor da penalidade diária por retirada a menor que a programada, caso positiva;
- ii. " $QDP$ " significa a Quantidade Diária Programada (QDP) por Ponto de Entrega expressa em m<sup>3</sup> nas Condições de Referência;

### Apêndice 3 - VS.C0: Condições Específicas com contratação de Saída no Transporte pela Vendedora

- iii. “QDR” significa a Quantidade Diária Retirada (QDR) por Ponto de Entrega expressa em m<sup>3</sup> nas Condições de Referência; e
- iv. “PT” significa a Parcela de Transporte, indicada na Notificação de Confirmação.

- 8.1.2. **Penalidade por retirada maior que a Quantidade Diária Programada (QDP).** Caso em determinado Dia, por Ponto de Entrega, a Quantidade Diária Retirada (QDR) seja superior a 105% (cento e cinco por cento) da Quantidade Diária Programada (QDP), a Compradora pagará, além do faturamento normal, uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{RMAIOR(Dia)} = ((QDR - 1,05 \times QDP) \times (2 \times PT))$$

Onde:

- i. “ $P_{RMAIOR(Dia)}$ ” significa o valor da penalidade diária por retirada a maior que a programada, caso positiva;
- ii. “QDR” significa a Quantidade Diária Retirada (QDR) por Ponto de Entrega expressa em m<sup>3</sup> nas Condições de Referência;
- iii. “QDP” significa a Quantidade Diária Programada (QDP) por Ponto de Entrega expressa em m<sup>3</sup> nas Condições de Referência; e
- iv. “PT” significa a Parcela de Transporte, indicada na Notificação de Confirmação.

8.2. Sem prejuízo (i) do pagamento do PGU, nos termos do item 2 deste Apêndice 3, nas hipóteses aplicáveis; e (ii) do pagamento do VIR, nos termos da cláusula 19ª do Contrato, nas hipóteses aplicáveis, as penalidades estabelecidas nos itens 8.1.1 e 8.1.2 são as únicas indenizações aplicáveis em caso de retirada a menor ou a maior. Nenhuma outra indenização será devida pela Compradora nestas hipóteses, mesmo que as perdas e danos incorridos pela Vendedora tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

8.3. O pagamento das penalidades a que se referem os itens 8.1.1 e 8.1.2 não gerarão qualquer crédito para a Compradora.

8.4. As Partes reconhecem que as eventuais retiradas de Gás, pela Compradora, acima da Quantidade Diária Contratada (QDC), não constituem direito da Compradora em retirar volumes de Gás acima do estipulado nas Notificações de Confirmação.

8.5. A Vendedora compromete-se a disponibilizar para a Compradora, por Ponto de Entrega, a Quantidade Diária Programada (QDP), excetuadas as situações de Caso Fortuito ou Força Maior e de Paradas Programadas.

- 8.5.1. **Falha de Fornecimento** significa a situação caracterizada pela ocorrência, em determinado Dia, de qualquer das hipóteses abarcadas pelo conceito previsto no ANEXO 1 – CONDIÇÕES GERAIS bem como pela desconformidade em relação à Qualidade do Gás, conforme estipulado no item 7.1.d), exceto nas hipóteses dos itens 7.1.c) ou 7.1.e).

- 8.5.2. Em qualquer Dia, em determinado Ponto de Entrega, como consequência de Falha no Fornecimento, a Quantidade Faltante (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF_j = QDP_j - QDD_j - QN_{PPj} - QN_{FMj}$$

Onde:

- i. “ $QF_j$ ” significa a Quantidade Faltante de Gás no Dia “j”, por Ponto de Entrega, sendo zero se o cálculo for negativo;



## Apêndice 3 - VS.C0: Condições Específicas com contratação de Saída no Transporte pela Vendedora

- ii. " $QDP_j$ " significa o somatório das Quantidades Diárias Programadas (QDP) para o Dia " $j$ " por Ponto de Entrega expressa em  $m^3$  nas Condições de Referência;
- iii. " $QDD_j$ " significa o somatório das Quantidades Diárias Disponibilizadas (QDD) no Dia " $j$ " por Ponto de Entrega expressa em  $m^3$  nas Condições de Referência, observado o item 3.6 deste Apêndice;
- iv. " $QN_{PPj}$ " significa a soma das quantidades de Gás expressa em  $m^3$  nas Condições de Referência não disponibilizadas em função de Paradas Programadas da Vendedora para o Dia " $j$ "; e
- v. " $QN_{FMj}$ " significa o somatório das quantidades de Gás expressa em  $m^3$  nas Condições de Referência não disponibilizadas decorrente de Caso Fortuito ou Força Maior para o Dia " $j$ ".

8.6. Em casos de Falha de Fornecimento ou entrega de Gás fora de especificação sem envio de Notificação, a Vendedora obriga-se a pagar para a Compradora o previsto nos itens 8.6.1 e 8.6.2.

8.6.1. **Penalidade por Falha no Fornecimento.** No caso de Falha no Fornecimento, em determinado Dia, por Ponto de Entrega, a Vendedora pagará à Compradora uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{FF(Dia)} = QF \times 30\% \times PM$$

Onde:

- i. " $P_{FF(Dia)}$ " significa o valor da penalidade por Falha no Fornecimento, caso positiva;
- ii. " $QF$ " significa a quantidade de Gás não disponibilizada decorrente de Falha no Fornecimento alocada conforme item 8.5.1, para o Dia por Ponto de Entrega, expressa em  $m^3$  na Condição de Referência;
- iii. " $PM$ " significa a Parcela da Molécula vigente no Dia.

8.6.2. **Penalidade por entrega de Gás fora de especificação sem envio de Notificação.** Em adição ao disposto no item 8.6.1, no caso de entrega de Gás fora de especificação pela Vendedora, em determinado Dia, por Ponto de Entrega, sem envio de Notificação, conforme previsto no item 7.2, a Vendedora pagará à Compradora uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{GD} = QGD \times 10\% \times PM$$

Onde:

- i. " $P_{GD}$ " significa o valor da penalidade diária de entrega de Gás fora da especificação sem envio de Notificação pela Vendedora;
- ii. " $QGD$ " significa a Quantidade de Gás entregue pela Vendedora fora de especificação sem envio de Notificação no Dia, expressa em  $m^3$  na Condição de Referência; e
- iii. " $PM$ " significa a Parcela da Molécula (PM) vigente no Dia.

8.7. Sem prejuízo do pagamento do VIR nos termos da cláusula 19ª do Contrato, nas hipóteses aplicáveis, as penalidades estabelecidas nos itens 8.6.1 e 8.6.2 são os únicos valores aplicáveis à Vendedora em caso de Falha de Fornecimento e Gás fora de especificação sem envio de Notificação, respectivamente. Nenhum outro valor, relativo à quantidade disponibilizada fora de especificação sem envio de Notificação, será devido pela Vendedora nestas hipóteses, mesmo que as perdas e danos, diretos ou indiretos, incorridos pela Compradora tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

## 9. DISPOSIÇÕES GERAIS

**Apêndice 3 - VS.C0: Condições Específicas com contratação de Saída no Transporte pela Vendedora**

9.1. Havendo alteração no(s) Contrato(s) de Transporte que deva ser refletida nos termos e condições deste Apêndice, garantindo efeitos ao longo de sua vigência, as Partes se comprometem a, de boa-fé, realizar os ajustes necessários no presente Apêndice para refletir a referida alteração do(s) Contrato(s) de Transporte, a qual será implementada para garantir que o presente Apêndice não tenha uma prática descasada, ou mesmo contrária, à dinâmica presente no Contrato(s) de Transporte.

9.2. As Partes aceitam e reconhecem que, uma vez atendidos os requisitos do item 9.1 acima, estarão obrigadas a formalizar termo aditivo ao Contrato para alteração do presente Apêndice, o qual será consolidado para incluir a referida alteração.



25102024 - MSA BTG - BTGP\_Contraparte -Entrada\_Firme e Flexível\_vfBTG061124docx 2.pdf



Assinaturas

✓ Eduardo Von Oertzen Cordovil  
Assinou como procurador em 07 nov 2024 às 09:22:38

✓ Artur Xerfan Hannud  
Assinou como procurador em 07 nov 2024 às 09:27:21

✓ Brian Pease  
Assinou como testemunha em 06 nov 2024 às 20:57:40

✓ Gustav Souza Costa  
Assinou como representante legal em 06 nov 2024 às 20:50:27

✓ Miguel Antonio Cedraz Nery  
Assinou como representante legal em 06 nov 2024 às 22:03:12

✓ Thaís de Melo Cunha  
Assinou como testemunha em 06 nov 2024 às 20:51:50

Log

06 nov 2024, 20:43:30 Operador com email Gabriela.Bordignon@btgpactual.com criou este documento Data limite para assinatura do documento: 06 de dezembro de 2024 (20:41). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.

06 nov 2024, 20:43:31	Operador com email Gabriela.Bordignon@btgpactual.com [REDACTED] adicionou à Lista de Assinatura: eduardo.cordovil@btgpactual.com para assinar como procurador, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Eduardo Von Oertzen Cordovil [REDACTED]
06 nov 2024, 20:43:31	Operador com email Gabriela.Bordignon@btgpactual.com [REDACTED] adicionou à Lista de Assinatura: Artur.Hannud@btgpactual.com para assinar como procurador, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Artur Xerfan Hannud [REDACTED]
06 nov 2024, 20:43:31	Operador com email Gabriela.Bordignon@btgpactual.com [REDACTED] adicionou à Lista de Assinatura: brian.pease@btgpactual.com para assinar como testemunha, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Brian Pease [REDACTED]
06 nov 2024, 20:43:31	Operador com email Gabriela.Bordignon@btgpactual.com [REDACTED] adicionou à Lista de Assinatura: gustav.costa@cegas.com.br para assinar como representante legal, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Gustav Souza Costa [REDACTED]
06 nov 2024, 20:43:31	Operador com email Gabriela.Bordignon@btgpactual.com [REDACTED] adicionou à Lista de Assinatura: miguel.nery@cegas.com.br para assinar como representante legal, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Miguel Antonio Cedraz Nery [REDACTED]
06 nov 2024, 20:43:31	Operador com email Gabriela.Bordignon@btgpactual.com [REDACTED] adicionou à Lista de Assinatura: thais.cunha@cegas.com.br para assinar como testemunha, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Thaís de Melo Cunha [REDACTED]
06 nov 2024, 20:50:27	Gustav Souza Costa assinou como representante legal. [REDACTED]. Componente de assinatura versão 1.1047.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
06 nov 2024, 20:51:50	Thaís de Melo Cunha assinou como testemunha. [REDACTED]. Componente de assinatura versão 1.1047.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
06 nov 2024, 20:57:40	Brian Pease assinou como testemunha. [REDACTED]. Componente de assinatura versão 1.1047.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.



06 nov 2024, 22:03:13	Miguel Antonio Cedraz Nery assinou como representante legal. [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] Componente de assinatura versão 1.1047.0 disponibilizado em <a href="https://app.clicksign.com">https://app.clicksign.com</a> .
07 nov 2024, 09:22:38	Eduardo Von Oertzen Cordovil assinou como procurador. [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] Componente de assinatura versão 1.1047.0 disponibilizado em <a href="https://app.clicksign.com">https://app.clicksign.com</a> .
07 nov 2024, 09:27:21	Artur Xerfan Hannud assinou como procurador. [REDACTED] [REDACTED] Componente de assinatura versão 1.1047.0 disponibilizado em <a href="https://app.clicksign.com">https://app.clicksign.com</a> .
07 nov 2024, 09:27:21	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído [REDACTED] [REDACTED]



**Documento assinado com validade jurídica.**  
Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.  
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

